

28 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Eliana Calmon recebeu R\$ 84 mil para 'alimentação'

Cortejada pelo PSB para disputar o Senado ou governo da Bahia, ministra do STJ teve contracheque de R\$ 113 mil em setembro

Cortejada pelo presidente do PSB Eduardo Campos para se candidatar a uma cadeira no Senado ou ao governo da Bahia, a ministra Eliana Calmon, vice-presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), recebeu em setembro do ano passado, de uma só vez, R\$ 84,8 mil a título de auxílio alimentação. Naquele mês, o contracheque de Eliana bateu em R\$ 113.009,50.

Ela ganhou notoriedade em sua gestão na Corregedoria Nacional de Justiça, entre 2010 e 2012, período em que conduziu com rigor inspeções disciplinares nos tribunais, em busca de irregularidades em supercontracheques de magistrados.

A ministra denunciou os "bandidos de toga" e colecionou desafetos em cortes estaduais com seu estilo combativo. Atribuíam a ela projeto de cunho político eleitoral, o que a ministra sempre refutou.

A verba de alimentação, da qual ela se beneficiou, tem respaldo em norma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que incorpora a vantagem ao subsídio dos magistrados de todo o País. A concessão é prevista na Resolução 133 do CNJ.

Em junho de 2011, o colegiado, sob presidência do ministro Cezar Peluso, aprovou a medida que dispõe sobre a simetria constitucional entre magistratura e

Ministério Público e equiparação de vantagens, como o plus de R\$ 710 a título de alimentação. O valor cai todo mês na conta da toga. Os juizes não têm de exibir recibos de despesas.

Em setembro, o Tesouro depositou na conta da ex-corregedora o valor acumulado do período retroativo a cinco anos da data da concessão do benefício, ou seja, de 2006 a 2011. A remuneração regular da ministra, R\$ 25.386,97, foi acrescida dos R\$ 84,8 mil sob a rubrica "indenizações". Com descontos da previdência e do imposto de renda, ela recebeu R\$ 104.760,01.

"Efetivamente, recebi em setembro de 2012 acumulado do benefício intitulado auxílio alimentação", disse a ministra. "O auxílio é automático, sem exigência de recibo de comprovação."

Benefícios. Eliana recebe o auxílio-alimentação, assim como seus colegas, além de R\$ 2.792,56 (sem imposto sobre esse valor) como abono de permanência porque já conta tempo para se aposentar, mas permanece na ativa.

Seu holerite, como o dos outros ministros, é público. Pode ser acessado na página do STJ na internet. Há alguns dias, cópia do contracheque da ministra começou a circular em e-mails de magistrados federais que ainda não receberam o pagamento acumulado. Alguns intitulam as mensagens com um "Eliana é 100", em alusão aos mais de R\$ 100 mil que ela recebeu em um único mês.

Muitos magistrados revelam desconforto com a situação. A resolução do CNJ autorizou o benefício alimentação. Posteriormente, a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), que os representa, foi ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e pleiteou retroatividade de dos cinco anos.

Os magistrados recebem o valor mensal de R\$ 710, mas até agora não há previsão para que a verba correspondente àquele período seja liberada para a toga - nem os juizes federais nem os do Trabalho receberam. Já os ministros dos tribunais superiores, exceto os do STF, garantiram sua parte. Os juizes assinalam que estão na expectativa de terem assegurado um direito decorrente da simetria reconhecida na Resolução 133/2011 do CNJ.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'O auxílio é recebido por todos os juizes'

A ministra Eliana Calmon disse que a partir de dezembro de 2011 passou a constar de seu contracheque a rubrica auxílio-alimentação. A primeira parcela paga, informou a ex-corregedora nacional da Justiça, foi no valor de R\$ 5.131,37.

"A partir de janeiro de 2012 passei a receber R\$ 710 mensalmente, o que se estende até a presente data, com exceção do mês de setembro do ano passado, quando recebi o montante de R\$ 84.743,19", esclareceu a ministra, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ela explicou que o valor relativo ao acumulado foi de R\$ 65.745,41, mais R\$ 18.686,17 de juros de mora e R\$ 311,61 "de parcela que não está identificada a que se refere, com o registro simples de auxílio alimentação".

Eliana Calmon condena a "pés-sima forma de remuneração da magistratura, com parcelas e parcelas, algumas permanentes e outras transitórias".

Calmon destacou que "o auxílio alimentação é recebido por todos os ministros, ou, melhor, por todos os magistrados federais de primeiro, segundo e terceiro graus".

O Conselho da Justiça Federal (CJF) informou que "já concedeu esse direito (*pagamento do acumulado em 5 anos*) aos juizes federais, mas ainda não pagou por falta de verba orçamentária". Segundo o CJF, a Secretaria-Geral do Conselho não dispõe de levantamento sobre o montante que terá que desembolsar. A verba para essa demanda não entrou no orçamento de 2013.

O presidente da Associação dos Juizes Federais em São Paulo (Ajufesp), Ricardo Geraldo Rezende Silveira, lamentou que até agora não exista perspectiva de liberação do recurso aos magistrados. "A questão é verba orçamentária, no nosso (*dos juizes*) caso não havia essa disponibilidade. Somos praticamente a única carreira que ainda não recebeu os atrasados."

28 FEV 2013

28 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Polícia divulga diálogos de médica

'Estamos com a cabeça bem tranquila pra assassinar, pra tudo, né', teria dito a um colega; defesa diz que frase está fora do contexto

As transcrições de gravações feitas pela polícia do Paraná na UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba (PR), que resultaram na prisão da médica Virgínia Soares de Souza, no dia 19, sob a acusação de homicídio qualificado, mostram um diálogo em que ela afirma que está com "a cabeça tranquila para assassinar".

Segundo o inquérito, às 15h29 de 24 de janeiro, Virgínia conversa com um médico chamado Rodolfo e depois de avaliar as condições clínicas fala: "Nós estamos com a cabeça bem tranquila pra assassinar, pra tudo, né?"

O advogado de defesa de Virgínia, Elias Mattar Assad, desqualifica o teor das gravações e alega que elas "estão fora de contexto e algumas estão sendo mal interpretadas".

"Com certeza foi em um momento de descompressão, quando ela, envolvida no salvamento de outras pessoas, muitas vezes ouve desabafos e agressões verbais de familiares e depois fala dessa forma com seus colegas de trabalho", diz o advogado.

Outra frase atribuída a Virgínia, supostamente gravada também no dia 24, é "quero desentulhar essa UTI que tá me dando coceira", seguida de uma risada. Ela teria sido falada após o comentário de um médico, de nome Anderson (o anestesista Anderson de Freitas foi preso no final de semana, mas não há confirmação de que tenha sido ele o autor da frase).

Ontem, a polícia negou, por meio da assessoria de imprensa,

que as gravações tenham sido realizadas por um agente infiltrado na UTI do hospital.

"Havia essa possibilidade, mas optou-se por fazer apenas a interceptação telefônica dos ramais da UTI e nos celulares. Não houve agente policial", informou a assessoria, em nota.

Habeas corpus. O advogado de defesa da médica, Elias Mattar Assad, pediu ontem o habeas corpus de sua cliente junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A principal justificativa para o pedido, segundo a defesa, tem sido a falta de materialidade. "Não há prova da existência de crime", alega a defesa.

A defesa da médica também deve pedir a prisão da delegada do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brisola, caso ela descumpra uma nova ordem judicial expedida no final da tarde e não entregue a íntegra do inquérito. A polícia não se pronunciou.

Os prontuários dos pacientes Ivo Spitzner, Paulo José da Silva, Pedro Henrique Nascimento, André Luis Faustino e Luiz Antônio Propst, que morreram entre os dias 24 e 28 de janeiro deste ano e cujas mortes culminaram no pedido de prisão da médica, ainda estão com a polícia, sem acesso aos advogados.

Depoimentos. Em seu depoimento, o anestesista Edison Anselmo da Silva negou qualquer envolvimento com supostos crimes ocorridos na UTI, assim como a enfermeira Laís da Rosa Groff. Ela disse que todos os movimentos na UTI eram monitorados. "Qualquer procedimento, seja por telefone ou por prescrição, é feito por meio de prescrição médica."

Questionada se realizou abertura de gotejamento para acelerar medicação de pacientes, respondeu que não, pois era realizado seguindo prescrição médica.

Em sua defesa, Virgínia negou, durante interrogatório, que tenha provocado intencionalmente a morte de pacientes. "A denúncia ocorreu por mau entendimento dos próprios componentes da equipe não familiarizados com os procedimentos da UTI", diz o inquérito. Na semana passada, colegas da médica saíram em sua defesa.

TRECHOS

Virgínia – Esse foi caprichado, né?

Médico – Esse foi. Quadro clínico bonito, caprichou. Bem na hora em que nós estamos tranquilos.

Virgínia – Nós estamos com a cabeça bem tranquila para assassinar, para tudo, né?

● No dia anterior, a polícia havia capturado outro diálogo entre a médica e outro funcionário não identificado:

Virgínia – Pode ser que ele diga o sobrenome, porque ele está bem espertinho. Agora o outro está morto.

Médico – O outro está feio na foto.

Virgínia – Está quieto, tem de deixar quieto. A hora em que parar o respirador, foi, pelo amor de Deus.

28 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo dá aval a votação do Orçamento

O Supremo Tribunal Federal (STF) cassou ontem, por 6 votos a 4, a liminar que impedia o Congresso de derrubar o veto à lei que muda o cálculo do rateio dos royalties do petróleo. A decisão abre caminho para o Congresso aprovar o Orçamento da União deste ano e permite que os parlamentares escolham os vetos que queiram votar. Após a decisão, o relator do Orçamento de 2013, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a proposta deve ser votada na próxima semana.

O líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), afirmou, porém, que antes do Orçamento o Congresso deve votar o veto ao projeto dos royalties. “Estávamos discutindo a votação do veto dos royalties quando o Supremo deu a liminar. Agora voltamos ao status quo. Primeiro os royalties, depois o Orçamento”.

O STF, no entanto, manteve dúvidas sobre o destino dos mais de 3 mil vetos pendentes de votação, alguns há 13 anos. Também nada esclareceu quanto à constitucionalidade das demais propostas votadas pelo Congresso mesmo com a pauta trancada pelos vetos. Essas questões serão resolvidas apenas quando o mérito da ação for julgado, o que pode demorar meses.

O governo queria que o tribunal, desde já, decidisse que os vetos antigos não precisariam sequer ser votados: apenas os mais recentes precisariam ser analisados pelo Congresso. E pedia ao Supremo que também julgasse legal a votação do Orçamento deste ano, independentemente de a pauta estar trancada pelos vetos. Por fim, esperava que a Corte dissesse que as propostas votadas no passado eram legais.

A liminar foi concedida no final do ano passado pelo ministro Luiz Fux e impediu que o Congresso, nas últimas semanas do ano, derrubasse o veto da presidente Dilma à lei que mudava a divisão dos royalties. Esse veto beneficiou os Estados produtores de petróleo, especialmente Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Ontem, Fux insistiu na sua decisão e afirmou que a liminar não diminuía o Congresso. “A meu ver, a decisão coloca o Parlamento de pé ao lado demais Poderes”, avaliou.

Entretanto, a maioria dos ministros entendeu que a liminar concedida por Fux poderia trazer problemas graves. A Advocacia-Geral da União estimava prejuízo de R\$ 471 bilhões para a União se alguns dos vetos fossem derrubados. Além disso, os ministros argumentaram que a Constituição não prevê votação dos vetos em ordem cronológica.

28 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Estados ficam livres de pagar piso desde 2008

O Supremo Tribunal Federal (STF) livrou ontem os Estados do pagamento do piso salarial dos professores no período de 2008 a 2011. O STF definiu que a remuneração básica nacional deve ser paga a partir de 27 de abril de 2011, data em que a Corte declarou constitucional a norma que estabeleceu o piso.

A fixação da data inicial do pagamento do salário básico ocorreu durante o julgamento de recursos nos quais os Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul alegavam que não tinham recursos para pagar o piso retroativo a 2008, ano da promulgação da lei. O piso atual de 2013 é de R\$ 1.567.

Por 8 votos a 1, os ministros aceitaram ontem os argumentos dos Estados. Primeiro a votar, o ministro Teori Zavascki disse que o pagamento retroativo a 2008 comprometeria a previsão orçamentária de alguns Estados.

O único a rejeitar os recursos foi o relator e presidente do STF, Joaquim Barbosa. Segundo o ministro, haveria dinheiro para outros gastos, mas não para os pagamentos de professores. "Visivelmente, esses Estados todos não querem cumprir a lei. Eles ingresam com embargos, daqui a pouco virão outros embargos", disse. "Mas eles não têm numerário", afirmou o ministro Marco Aurélio. "Eles têm numerário para outras coisas. Seguramente têm", respondeu Barbosa.

Em 2011, quando declararam a constitucionalidade da lei do piso dos professores, os ministros rejeitaram a alegação segundo a qual a União teria invadido competências de Estados e municípios ao tratar de remuneração de servidores.

De acordo com a Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação (CNTE), dez Estados não pagam o piso: Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe. A instituição convocou greve nacional para os dias 23, 24 e 25 de abril para exigir o cumprimento da lei.

SANTA CATARINA 88 são denunciados por ligação com ataques

Oitenta e oito suspeitos de envolvimento nos ataques em Santa Catarina foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público do Estado. Segundo o promotor de Justiça Onofre Agostini, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, trata-se de uma resposta rápida diante da onda de violência que, a partir do dia 30, passou a atingir 37 cidades catarinenses. Ontem, pela primeira vez desde o início dos atentados, a Polícia Militar não registrou nenhum ataque ou vandalismo na madrugada.

SÔNIA RACY

Hora...

Quem estava no voo SP-Brasília, terça de manhã, viu: **Ricardo Lewandowski** aproveitou para... revisar as notas taquigráficas do mensalão.

...extra

A interlocutores, o ministro do STF tem ressaltado: não atrasará um dia sequer a publicação do acórdão do processo.

Sem...

O MPF investiga denúncia de exploração sexual de menores indígenas perto das obras de Belo Monte, no Pará.

...abuso

Lembrete: a polícia acaba de libertar mais de 30 mulheres e adolescentes que se prostituíam em boates da região.

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

UTI não detalhava relatório de óbitos

Trabalho de força-tarefa que avalia procedimentos na Unidade de Terapia Intensiva Geral do Hospital Evangélico completa uma semana

Uma semana após assumir a gestão da UTI geral do Hospital Evangélico, a força-tarefa criada pelos órgãos de saúde informou que dados preliminares indicam que a taxa de mortalidade da unidade está dentro da normalidade, mas que faltam relatórios que poderiam esclarecer melhor os fatos. “Nesse ponto a UTI deixava a desejar e era falha na organização”, declarou o auditor Mário Lobato da Costa, responsável pela sindicância que apura eventuais irregularidades.

Nos próximos dias, a força-tarefa repassará a gestão da unidade para uma nova equipe do hospital, e se concentrará na investigação de possíveis irregularidades. Por determinação judicial, a equipe terá de analisar todos os prontuários médicos da UTI geral do Evangélico desde 2006, quando a médica Virgínia Helena Soares de Souza assumiu o

comando da unidade. A medida atende aos pedidos do Ministério Público, que teme pela adulteração desses documentos. A investigação apura o envolvimento da equipe médica em seis óbitos.

Em depoimentos prestados ao Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa), enfermeiros e outros médicos fizeram relatos semelhantes denunciando irregularidades na atuação de Virgínia e outros profissionais. Os depoimentos falam em alteração dos parâmetros dos respiradores, manipulação de remédios específicos, ordens para os enfermeiros não atenderem mais pacientes em leitos onde eram colocados biombos, antecipação de óbitos e a intenção de liberar leitos. Em depoimento, Virgínia disse que as acusações se devem a mal-entendidos.

Os médicos Eddison da Silva Junior, Anderson de Freitas, Maria Israela Boccato e a enfermeira Laís da Rosa Groff foram citados como pessoas que agiriam a mando de Virgínia. Como os quatro não relataram nada nos depoimentos prestados entre os dias 19 e 21, o Nucrisa e o MP solicitaram a prisão preventiva de-

les. O juiz Pedro Sanson Corat determinou a prisão preventiva, mas ressaltou que isso não presume culpabilidade, mas sim periculosidade — risco de provas ou testemunhos serem alterados. Atualmente, os cinco estão presos e todos repudiavam as acusações.

Testemunha

Apesar de o inquérito detalhar o processo adotado para a infiltração de um agente no hospital, inclusive com o nome de um investigador e permissão para usar recursos, o comando da Polícia Civil negou ontem que houvesse um policial infiltrado e que a medida “se tornou inviável do ponto de vista operacional”.

PEDIDO DE HABEAS CORPUS

A defesa da médica Virgínia Helena Soares de Souza protocolou ontem um pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça do Paraná. Ela está presa desde a terça-feira da semana passada e ontem à noite foi transferida para a Penitenciária Feminina de Piraquara. Segundo o advogado Elias Mattar Assad, a prisão ocorreu “sem prova da existência de fato criminoso (materialidade)”. Ele também avalia que não há provas científicas, como laudos do Instituto Médico Legal, que atestem que houve crime. A Justiça ainda não se pronunciou.

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Total de internações por uso de drogas supera o de alcoolismo

Fato inédito no Brasil está relacionado ao aumento do consumo de crack e à dependência de mais de uma substância

As internações hospitalares decorrentes do uso de drogas e outras substâncias químicas ultrapassaram pela primeira vez o índice de ocorrências provocadas pelo consumo de álcool no Brasil. Segundo levantamento realizado no banco de dados mantido pelo Ministério da Saúde (DataSus), até novembro de 2012 (último dado disponível) foram registrados 48.722 internamentos causados por drogas, contra 48.506 de alcoolistas.

Historicamente, o índice de tratamentos de dependentes de álcool sempre superou o de qualquer outra droga em todo o Brasil (veja infográfico). No Paraná, os registros relacionados ao uso de álcool ainda superam o número de internamentos por drogas e outras substâncias psicoativas, porém essa distância vem diminuindo. Enquanto em 2008 a diferença era de quase 3 mil internações, no ano passado caiu para 791.

O crescimento do consumo de crack é um dos fatores que mais preocupam o poder público e pode ter acarretado o aumento de tratamento em todo o cenário nacional.

“A principal droga responsável por este tipo de tratamento tende a ser o crack”, afirma o coordenador de Saúde Mental da Secretaria de Saúde de Curitiba, Gustavo Adam.

Contudo, a Secretaria Estadual de Saúde considera que há subnotificação de casos envolvendo alcoolistas. Ou seja, eles foram internados, mas na ficha oficial de atendimento pode constar somente “transtorno mental”. “Também pode ter sido internado por algum problema orgânico, como doença no fígado. Geralmente, os usuários de álcool são internados para tratar as consequências físicas causadas pela bebida”, salienta a coordenadora estadual de Saúde Mental, Larissa Yamaguchi. O Paraná possui cerca de 2,4 mil leitos psiquiátricos.

Polidependência

Outro fator apontado por especialistas que ajuda a explicar o aumento de internações registrado pelo consumo de outras drogas é a polidependência. Isso é, os usuá-

rios não ficam restritos ao vício em apenas uma substância. O presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, André Rotta, salienta que o álcool e o cigarro são as principais portas de entrada para o vício em outras substâncias psicoativas — como maconha, cocaína, crack e até medicamentos.

“O paciente que usava álcool tende a passar a consumir outras substâncias e se tornar um polidependente. O acesso facilitado às drogas lícitas contribui para essa situação”, salienta. Posição semelhante possui o psicólogo Celso Maçaneiro. “Hoje não existe pessoa monodependente. O álcool faz parte do uso de outros entorpecentes”, ressalta.

CONTINUA

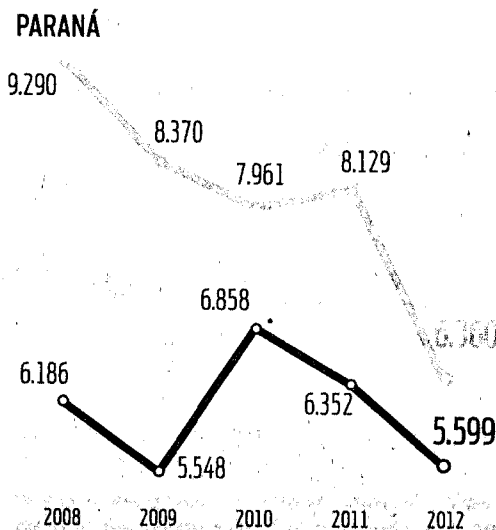
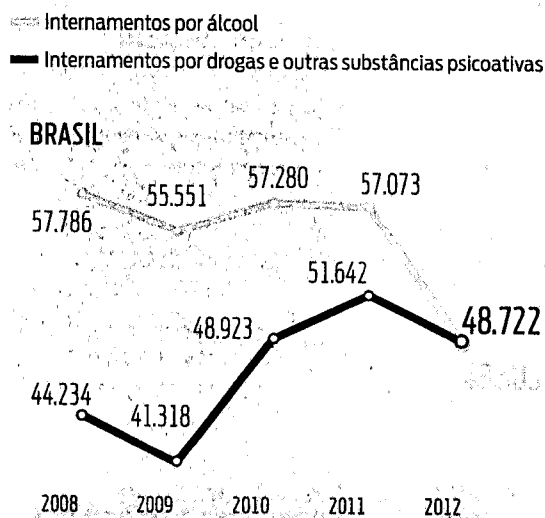
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DROGAS E ÁLCOOL

28 FEV 2013

O número de internações decorrentes de transtornos causados por outras drogas superou o índice causado pelo uso de álcool no Brasil em 2012. O Paraná está perto de registrar o mesmo fenômeno.



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS. Infografia: Gazeta do Povo.

TRATAMENTO

Poder Judiciário também determina internação compulsória no Paraná

Carregada de polêmica, a internação compulsória para tratar dependentes químicos também faz parte da realidade do Paraná. De acordo com a coordenadora de Saúde Mental do estado, Larissa Yamaguchi, a prática, que consiste em internar um dependente mesmo contra a sua vontade, acontece no estado quando o Poder Judiciário determina: "Antes um médico especialista avalia para ver se o

pedido procede. Não temos um índice de quantos internamentos desse jeito existem no estado", afirma.

A internação voluntária ocorre quando o paciente aceita e a internação involuntária é quando a família solicita. São Paulo e Rio de Janeiro adotaram neste ano uma política de internação compulsória com plantões de juizes e promotores para agilizar o processo. O coordenador de saúde mental da Secretaria de Saúde de Curitiba, Gustavo Adam, explica que a porta de entrada para o tratamento po-

de ser o próprio posto de saúde. "Depois de avaliado, o médico encaminha o paciente ou para um hospital primeiramente ou para um Centro de Atenção Psicossocial (Caps)." Curitiba possui um Caps-AD III, que atende crianças e adolescentes dependentes químicos e funciona 24 horas, e outros cinco centros destinados ao tratamento de usuários de álcool e drogas. Em casos de dependência extrema, encaminhase ao hospital para desintoxicação química. O tempo de internação varia e pode chegar a um mês.

"CÂNCER SOCIAL"

O presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, André Rotta, afirma que, apesar de as estatísticas apontarem para uma redução no índice de internações por álcool, ainda existem muitos usuários que não procuram ajuda. "Há uma aceitação maior pelo consumo de álcool e os usuários acham que não são dependentes, por isso esses casos nem são notificados", diz. De acordo com o psicólogo Celso Maçaneiro, o álcool ainda é o principal agente causador de outros vícios. "O álcool é um câncer social que destrói famílias inteiras", diz.

CONTINUA

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Se livrar do vício é uma luta eterna

O olhar vago parece afastar Roberto* de um passado que teima em assombrá-lo. Aos 15 anos, ele começou a beber. Em pouco tempo já misturava cachaça e cerveja à maco-nha, droga que fez Roberto ser internado em um hospital pela primeira vez, aos 26. Fumou a erva por pelo menos 25 anos. Aí partiu para o crack. Foram quase duas décadas de um consumo abusivo da pedra, misturado ao álcool. Então foram mais três internações. E nenhuma conseguiu tirar Roberto do vício. Hoje aos 57 anos, ele conta que, na última internação, há cerca de cinco anos, o resultado chegou a ser o contrário. “Saí de lá [hospital] com o cachimbo na mão. Estava louco para fumar crack”. Atualmente ele frequenta o Caps Álcool e Drogas do Juvevê, em Curitiba. Há três meses participa dos encontros e das atividades do espaço. Mesmo tempo em que procura passar longe de qualquer gota de álcool e da fumaça do crack.

“Esses dias um conhecido me chamou para tomar uma dose. Disse ‘não’. Afinal, uma dose para mim não faz efeito. Teria que tomar uma garrafa pelo menos, então não adianta”, explica.

Faixa verde em caratê, Roberto não teve forças para sustentar seus quatro casamentos, que desmoronaram por causa do vício. O fruto das relações foram duas filhas. Da idade delas, ele não tem certeza. “Uma tem perto de 24, faz mais de 10 anos que não as vejo. Elas foram embora. [pausa]. Sei que era difícil para elas. O crack traz uma degradação moral.”

Roberto ainda faz planos: frequenta aulas de informática, quer voltar a praticar atividades físicas e voltar ao mercado de trabalho após um ano desempregado. “Tenho que ajeitar minha vida e visitar minhas filhas”. Hoje, ele mora de favor no fundo da casa de sua mãe, de 75 anos, na Vila São Pedro. (DA)

*Nome fictício para preservar identidade da fonte.

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

MP ajuíza ação contra bar que criou Quadra Cultural

Ministério Público quer a interdição do estabelecimento e a proibição de eventos musicais nas imediações do bar O Torto

O Ministério Público (MP) do Paraná ajuizou uma ação civil pública para impedir a realização de eventos culturais e apresentações musicais nas imediações do bar O Torto, no bairro São Francisco, em Curitiba. Entre as ações organizadas pelo estabelecimento está a Quadra Cultural.

Apesar de a ação ter sido motivada por vistorias feitas pela Polícia Militar em setembro do ano passado, a iniciativa do MP ocorre justamente no momento em que a realização da Quadra Cultural é questionada por moradores e comerciantes da região, que reclamam da falta de estrutura para receber o evento. A ação ajuizada pelo promotor Sérgio Luiz Cordoni vai mais além e pede, inclusive, a interdição do bar. Cordoni é o mesmo promotor que pediu na Justiça — e conseguiu — a interdição da Pedreira Paulo Leminski.

Conforme nota divulgada pelo MP, uma operação da Ação Integrada de

Fiscalização Urbana (Aifu) flagrou o uso de bebidas e drogas nas imediações do bar O Torto, além da aglomeração de pessoas que causariam barulho excessivo em frente do local, na Rua Paula Gomes. A ação civil foi ajuizada na última sexta-feira na 2.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba e pede a imposição de uma diária para o caso de descumprimento da medida.

Outro lado

O proprietário do bar, Arlindo Ventura, mais conhecido como Magrão, afirma que encaminhou alvarás e documentos ao MP, após um pedido formal do órgão. Ventura diz que ainda não foi citado oficialmente pela Justiça e não tem conhecimento dos argumentos usados pelo promotor.

Em relação à Quadra Cultural, ele reforça que o evento sempre contou com todas as licenças necessárias concedidas pelos órgãos públicos. Neste ano, conforme Ventura, foram contratados 35 seguranças privados para o evento, que ocorreu no último dia 16.

Ele também cita que outras medidas foram tomadas para garantir que não houvesse incômodos aos moradores e estragos aos imóveis da região, como a proibição da venda de bebidas destiladas por todos os bares das imediações e a contratação de 15 pessoas para fazer a limpeza do local ao término das apresentações.

Para o presidente da Fundação Cultural de Curitiba, Marcos Cordioli, o posicionamento do MP reforça a necessidade de se pensar em alternativas para a realização da Quadra. “Vamos falar com o Magrão para que possamos procurar outro local em que o evento não se descaracterize e possa crescer. Mas, se for para a Quadra ficar na Rua Paula Gomes, vamos buscar as melhorias necessárias para também atender os moradores”, reforça.

CONTINUA

“O MP faz o trabalho que cabe a ele. Mas em todos os lugares há movimento [de pessoas]. O que eu faço é o melhor que eu posso. Sempre fecho o bar antes, mesmo com um movimento ‘astronômico’.”

Arlindo Ventura, proprietário do bar O Torto e organizador da Quadra Cultural.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Discussão sobre abaixo-assinado invade internet

■ O anúncio do abaixo-assinado feito por moradores do São Francisco contra a Quadra Cultural e a tentativa de interdição do bar O Torto pelo Ministério Público (MP) causaram discussões acaloradas nas mídias sociais ontem. Até as 18 horas, a reportagem da **Gazeta do Povo** sobre o episódio já tinha mais de 70 comentários no site do jornal, tanto favoráveis quanto contra o evento.

No Facebook, internautas chegaram a sugerir a realização de um novo abaixo-assinado, desta vez em defesa da Quadra Cultural. As principais críticas tiveram como alvo os moradores das imediações que teriam se posicionado contra as apresentações na Paula Gomes. “Nunca vi alguma reportagem dos moradores de outras cidades reclamando de algum evento festivo que acontece por lá! Já se foi a Pedreira, ano-novo e agora a quadra”, argumentou a universitária Juliana Xavier.

Por outro lado, moradores do São Francisco voltaram a criticar a falta de estrutura e o barulho causado pelos frequentadores do Torto e de outros estabelecimentos da região — seja no dia da Quadra Cultural ou nos fins de semana. “A gente não consegue conversar dentro de casa por causa dos shows. É muito chato porque fazemos um monte de concessões e ninguém olha para nós. Ninguém tem a real noção do que a gente passa”, falou Caroline Costa, moradora de um prédio na Rua Paula Gomes.

28 FEV 2013

ABRAÇO NO TORTO

Artistas, frequentadores do bar O Torto e membros da Bicletaria Cultural, empresa que forneceu os bicicletários utilizados na Quadra Cultural deste ano, planejam um grande abraço no estabelecimento às 19h30 de hoje. Esta foi a forma encontrada para, simbolicamente, protestar contra a iniciativa do Ministério Público do Paraná, que pediu ontem na Justiça a interdição do estabelecimento. O bar O Torto fica na esquina das Ruas Paula Gomes e Duque de Caxias, no bairro São Francisco, em Curitiba, e foi inaugurado no dia 5 de fevereiro de 2003.

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Cai a liminar que permitia menta em cigarros

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região derrubou na terça-feira uma liminar que permitia à indústria do fumo adicionar substâncias como menta e cravo nos cigarros, prática que foi proibida em resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Durante a vigência da liminar, os fabricantes de cigarros tentaram registrar 146 substâncias para uso em seus produtos.

“É uma decisão clara do governo, do Ministério da Saúde, da Advocacia-Geral da União, da Diretoria Colegiada da Anvisa, acreditamos que a norma é necessária e vamos defendê-la até a última instância”, disse o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano. Segundo o procurador-geral Federal, Marcelo de Siqueira Freitas, “está valendo a resolução” da Anvisa que impede a adição de substâncias usadas geralmente para seduzir os mais jovens a provar o cigarro. A procuradoria convenceu a Justiça a manter a resolução e ignorar os argumentos da indústria do fumo. A liminar foi conseguida pelos fabricantes de cigarro em dezembro de 2012.

CELSO NASCIMENTO

Caseira

É referendado pelo procurador-geral do Estado, Júlio Zem, o parecer 42/2012 que responde a uma consulta da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná (Apep). O parecer é favorável à fixação dos salários da categoria no teto do funcionalismo — isto é, R\$ 26.723,12, salário quase igual ao de um ministro do STF. Pergunta que o governador deve fazer quando o assunto chegar a ele: pode um procurador dar parecer que, em última análise, defende causa própria? A Associação dos Magistrados teve de recorrer ao STF para brigar por este direito; na PGE, a solução é caseira. Zem pediu urgência no atendimento da reivindicação ao governo.

Justiça diz que Ecad tem de provar burla ao direito autoral

As autuações feitas por agentes do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) contra casas noturnas que executam obras musicais sem pagar direitos autorais precisam ser acompanhadas de provas. Documentos, como termos de verificação e requerimentos para execução musical emitidos pelo próprio órgão, não bastam para dar suporte à imposição da autuação, decidiu a 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

IPTU com valor abusivo pode ser contestado na Justiça



LEONEL DIAS ESPÍRITO SANTO, advogado da área tributária da Innocenti Advogados Associados.

Com a chegada do ano de 2013, vários contribuintes de diversos municípios brasileiro estão recebendo uma surpresa desagradável: o carnê do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) com um aumento de até 2000% do valor pago em 2012.

Isso tem ocorrido porque o valor venal, sendo a base de cálculo do imposto, deve ser apurado objetivamente, ano a ano pelo valor real de negociação do imóvel, devendo ser considerado individualmente, o que não ocorria desde meados dos anos 2000. Dessa forma, o lançamento deve estar o mais próximo possível da realidade.

Agora, em 2013, diversos municípios atualizaram o valor venal dos imóveis que estavam defasados em cerca de 10 anos. Com relação a esse aumento, cabe ao contribuinte impugnar o valor exagerado, o que se prevê no artigo 148 do Código Tributário Nacional (CTN), mediante processo regular. Todavia, a eventual discussão não suspende o pagamento, a menos que o contribuinte deposte o valor questionado.

Cabe ao Poder Judiciário, ficar atento para que alguns princípios sejam respeitados, como o princípio da estrita legalidade, onde a atualização do valor venal de um ano para outro pode ultrapassar a correção monetária, desde que haja lei autorizando.

O artigo 97 do CTN, em seu parágrafo 2º, diz que a simples atualização do valor monetário da base de cálculo não é aumento do tributo. Portanto, a correção monetária pelos índices oficiais não é aumento. Mas o mesmo artigo diz que qualquer aumento (além da correção) só pode ser feito através de lei. Assim, a primeira questão a ser verificada é se o reajuste do valor venal tem fundamento em lei. Se for através de decreto, o aumento é indevido.

Quanto à alíquota, ela deve estar fixada por lei municipal e pode ser progressiva em razão do valor do imóvel (CF, art. 156, § 1º). Pode ainda a alíquota variar conforme o uso do imóvel. Não existindo uma alíquota uniforme no IPTU, ela pode variar de um local para outro, como determina a lei do respectivo município.

No caso de um aumento excessivo, a Constituição Federal em seu art. 150, IV proíbe o uso de imposto com efeito de confisco.

No caso do IPTU, essa possibilidade não pode ser aceita, ante o que assegura o artigo 6º da Constituição Federal, que considera a moradia um

dos direitos sociais de qualquer cidadão. Devemos ainda nos atentar para o princípio da anterioridade, como no caso de Guarulhos, município de São Paulo, onde a lei que majorou o valor venal dos imóveis entrou em vigor na data da publicação (21/12/2012), produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Sendo que a Constituição Federal exige que se observe a antecedência mínima de noventa dias entre a data de publicação da lei que o instituiu ou aumentou e a data em que passa a vigorar. Isso significa que, a lei em questão só teria incidência em 21/3/2013, data esta em que já terão transpassado noventa dias da sua data de publicação.

E podemos comentar ainda a afronta ao princípio da capacidade contributiva, uma vez que tal princípio visa principalmente delimitar a atividade legislativa no momento da eleição de fatos passíveis de dar nascimento a obrigações tributárias. Ou seja, o legislador não pode majorar um tributo de forma abusiva por mero capricho, uma vez que esse aumento venha a afetar a capacidade do cidadão em pagar seus tributos e manter a dignidade de sua família.

Vale ainda lembrar também que alguns municípios não realizaram qualquer tipo de melhoria em infraestrutura, em quaisquer dos âmbitos, seja na saúde, habitação, pavimentação, saneamento básico.

Dessa forma, quem entender que o lançamento do IPTU está exagerado deve reclamar na administração municipal, o que está garantido pelo artigo 148 do CTN. Ou judicialmente, contudo, deve-se de preferência depositar o valor questionado para garantir proteção para os juros e a correção do tributo questionado.

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA

MP denuncia 88 suspeitos por ataques em Santa Catarina

¶ Oitenta e oito suspeitos de envolvimento nos ataques em Santa Catarina foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público (MP) do estado. Segundo o promotor de Justiça Onofre Agostini, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, trata-se de uma resposta rápida diante da onda de violência que, desde 30 de janeiro, atingiu 37 cidades catarinenses. As informações são da Agência Brasil.

“Estamos atuando de forma conjunta com os demais órgãos de segurança, o que tem trazido efetividade às ações, e traçando estratégias jurídicas para lidar com a situação e para garantir que os responsáveis sejam punidos”, disse, acrescentando que o número de denunciados “deve aumentar muito”, conforme avancem as investigações.

Entre os crimes apontados com mais frequência estão formação de quadrilha armada, constrangimento ilegal, incêndio e corrupção de menores.

Prisões

Até agora, 97 mandados de prisão foram expedidos pela Justiça catarinense. Embora a Polícia Civil não tenha informado o número atualizado com o total de mandados cumpridos, a corporação revela que foram presas, desde 30 de janeiro, 103 pessoas.

29 DIAS

após o início da onda de atentados em cidades de Santa Catarina, a Polícia Militar pela primeira vez não registrou nenhum episódio associado aos ataques ou a vandalismo na noite de terça-feira e madrugada de ontem. As autoridades garantem, no entanto, que a situação é vista com cautela e que as forças de segurança continuam em estado de atenção. Ao todo, desde 30 de janeiro, houve 113 ocorrências em 37 cidades.

JUSTIÇA

Cinco pessoas são denunciadas por incêndio no Butantan

¶ A Justiça recebeu na última segunda-feira a denúncia do Ministério Público de São Paulo contra cinco pessoas que trabalhavam no Instituto Butantan em 2010, quando ocorreu um incêndio que destruiu o laboratório de répteis do órgão. No inquérito, foram responsabilizados Otávio Mercadante, ex-diretor do instituto; Ricardo Braga de Souza, ex-diretor administrativo; Selma Maria de Almeida Santos, pesquisadora; Carlos Almeida Correia, responsável pela manutenção das edificações, e Otávio Augusto Marques, ex-diretor do laboratório de ecologia. A denúncia foi oferecida pela promotora Eliana Passarelli.

ACIDENTE

Hopi Hari fecha acordo com família de menina morta

¶ O Hopi Hari fechou um acordo de indenização com a família da menina Gabriella Nichimura, 14 anos, que morreu em 24 de fevereiro do ano passado após cair de um brinquedo do parque.

O valor do acordo não foi divulgado porque há um termo de confidencialidade no documento. O acidente aconteceu no brinquedo La Tour Eiffel – um elevador que despensa em simulação de queda livre –, que permanece fechado. O parque afirmou que solicitou o desenvolvimento de um sistema adicional de segurança para ele, que já foi apresentado pelo fabricante para aprovação.

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

STF libera o Congresso para votar o veto dos royalties do petróleo

Maioria dos ministros votou pela derrubada da liminar que impedia a apreciação da redistribuição da verba. Presidentes da Câmara e do Senado decidem hoje quando colocam o assunto em votação no plenário

■ A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou ontem pela derrubada da decisão liminar que obrigava o Congresso a analisar em ordem cronológica os vetos presidenciais que aguardam votação. A medida havia sido determinada pelo ministro Luiz Fux, no fim do ano passado, quando parlamentares do Rio de Janeiro e do Espírito Santo recorreram ao STF para barrar a votação do veto parcial da presidente Dilma Rousseff à lei dos royalties do petróleo, que tira verba dos estados produtores e as repassa para os não produtores.

Com a decisão de ontem, o Congresso fica liberado para votar os royalties sem que seja necessário analisar antes os 3 mil vetos presidenciais anteriores que aguardam uma decisão do Legislativo. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), se reúnem hoje para decidir quando colocam o veto em votação.

Foram contrários ao entendimento de Fux os ministros José Antonio Dias Toffoli, Teori Zavascki, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Os seis votaram pela cassação da liminar. Fux foi acompanhado em seu voto pelos ministros Marco Aurélio, Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Durante sua fala, Toffoli questionou a tese do relator do caso, Luiz Fux, de que há uma obrigação constitucional para que os vetos sejam analisados na ordem de chegada ao Congresso.

“Eu não vejo que se impôs uma ordem cronológica de votação. Eu fico a pensar que se houvesse uma lei que a partir de 1.º de março o Supremo teria que votar os processos pela ordem cronológica de entra-

da [no tribunal], nós estaríamos vinculados a isso?”, questionou Toffoli.

Ao votarem pela derrubada da decisão provisória de Fux, Zavascki e Rosa Weber entendem que não foi correto o instrumento jurídico utilizado pelos parlamentares do Rio e do Espírito Santo para impedir que a votação do veto à lei dos royalties pelo Congresso, que acabou levando a determinação para análise cronológica. “Na verdade, o pedido de liminar busca obstar um veto num prazo previsto na Constituição. Até exagerando, quase impedindo o Congresso de legislar”, disse Rosa Weber.

A ministra também ressaltou que é inconstitucional o fato de o Congresso não votar em 30 dias os vetos. “Ninguém nega que houve descumprimento da ordem constitucional, que a situação vem de modo grave, mas a qualquer decisão que afete quadro normativo brasileiro, deve ter decisão final e que não crie mais problemas”, disse.

“Ninguém nega que houve descumprimento da ordem constitucional, que a situação vem de modo grave, mas a qualquer decisão que afete quadro normativo brasileiro, deve ter decisão final e que não crie mais problemas.”

28 FEV 2013

GAZETA DO POVO

STF decide que piso dos professores vale desde 2011

R\$ 1.567

é o piso atual dos professores. Segundo a legislação, nenhum docente pode receber menos do que esse valor para carga horária de até 40 horas semanais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que a lei que criou o piso salarial nacional dos professores passou a ter validade a partir de abril de 2011, quando o tribunal reconheceu sua constitucionalidade. A lei foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008, mas, em seguida, foi questionada no STF pelos governadores de cinco estados: Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará.

A corte, no entanto, só analisou o caso de forma definitiva em 2011, validando a lei. Na ocasião, o tribunal rejeitou a alegação segundo a qual a União teria invadido competências de estados e municípios ao tratar de remuneração de servidores. Além disso, ficou estabelecido que o piso é a remuneração básica, sem acréscimos de forma diversa pelos estados.

Ontem, o STF analisou recursos dos governadores que questionaram o julgamento. Por 8 votos a 1, os ministros aceitaram em parte os argumentos dos estados e fixaram a validade da lei em 2011.

Os estados alegavam que não tinham condições orçamentárias para pagar o passivo de 2008 a 2011. O governo do Rio Grande do Sul, por exemplo, argumentou que o passivo de um ano somava R\$ 3 bilhões, mais do que a verba para a segurança pública.

Segundo a assessoria de

imprensa da Secretaria Estado da Educação do Paraná, desde 2011 o governo do estado cumpre o pagamento do piso nacional aos professores da rede estadual de educação básica. A decisão do STF, portanto, deixa claro que não existem passivos a serem acertados.

Implicações

No debate, os ministros Teori Zavascki e Gilmar Mendes defenderam que era preciso dar uma folga aos caixas dos estados diante da incerteza que havia em torno da matéria pelo questionamento do piso. "As informações que se tem é que os gastos são elevados em alguns estados, comprometendo seriamente a previsão orçamentária e o atendimento de outras necessidades", disse Zavascki. Mendes reforçou o discurso. "Isso tem implicações no mundo das finanças, do mundo do orçamento".

Relator do caso, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, foi o único que votou pela rejeição do recurso. Ele apontou que a lei estabelecia um prazo de 18 meses para os estados se adequarem à medida. Barbosa indicou que os governadores adotam estratégias jurídicas protelatórias para não colocar em prática o piso.

28 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Defesa de médica entra com habeas corpus

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A defesa da médica Virgínia Soares de Souza, da UTI Geral do Hospital Evangélico, em Curitiba, entrou com um pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) na tarde de ontem. Ela está presa desde o último dia 19 no Centro de Triagem de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e foi indiciada por homicídio qualificado por supostamente acelerar a morte de pacientes sem chances de defesa.

A informação foi repassada pelo advogado Elias Mattar Assad, que contesta o conteúdo do inquérito policial, alegando que existe "uma série de equívocos, inclusive na interpretação do conteúdo de gravações feitas por um suposto agente policial que teria se infiltrado no

hospital". "Não há provas da existência de fato criminoso, de materialidade, por isso entrei com o pedido de liberdade. Se não há crime, não há motivo para prisão", destacou.

Na tarde de ontem, o advogado também protocolou um documento na sede do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR), na capital, pedindo para que a entidade se manifeste em relação à medicina intensiva e à prática de médicos em UTIs, além de prestar esclarecimentos sobre como são feitos os procedimentos. "Queremos um pronunciamento do Conselho, pois é o órgão que tem autoridade para regulamentar a profissão", disse.

Denúncia

Segundo informações do inquérito, a polícia apura cinco mortes que aconteceram en-

tre dezembro de 2011 e março do ano passado, na UTI do hospital. Conforme a denúncia, depoimentos relatam que a quantidade de oxigênio era diminuída e sedativos eram usados para alterar o funcionamento do pulmão dos pacientes, o que pode poderia acelerar a morte por meio de paradas respiratórias. O inquérito ainda traz transcrições de escutas feitas entre médicos e outros funcionários da UTI. As vítimas seriam pacientes que estavam em coma, com risco de ter sequelas ou de demorar para sair da situação, apontou o inquérito.

Em nota oficial, o Conselho Regional de Medicina do Paraná informou que "tão logo tenha acesso ao conteúdo dos autos do inquérito, vai dar andamento à sindicância já aberta e avaliar o caso com critério técnico, serenidade e imparcialidade".

28 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Ex-superintendente da Acesf é condenado por improbidade

O ex-superintendente da Autarquia de Cemitérios e Serviços Funerários (Acesf) de Londrina Osvaldo Moreira Neto foi condenado por improbidade administrativa por vender terrenos de cemitérios municipais sem licitação. Moreira Neto presidiu a autarquia entre 2005 e 2008, no mandato do ex-prefeito Nedson Micheleti (PT).

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, acatou parcialmente ação ajuizada pela promotora de Defesa do Patrimônio Público Sandra Regina Koch e condenou o ex-superintendente à suspensão dos direitos políticos por três anos, perda da função pública, pagamento de multa civil e proibição de contratação com o poder público.

A promotora também havia incluído como réus sete servidores da Acesf, mas as acusações contra eles não prosperaram. Ela também solicitava a condenação de Moreira Neto a ressarcir o erário, mas, segundo o juiz, não ficou demonstrado o prejuízo. O dinheiro da venda irregular dos terrenos teria sido aplicado em melhorias no órgão. No entanto, ficou demonstrado que Moreira Neto tinha consciência - foi alertado por meio de parecer jurídico - da obrigatoriedade de se licitar a venda dos terrenos.

A reportagem deixou recado ao advogado de Moreira Neto, que não deu retorno. No processo, o ex-superintendente afirma que não houve improbidade porque não ficou comprovada "conduta dolosa, desonesta, de má-fé". Alega que sua intenção foi

"angariar recursos para promover melhorias perante a Acesf".

O ex-superintendente foi indicado para o cargo pelo então presidente da Câmara Orlando Bonilha, réu confesso em dezenas de irregularidades durante seu mandato. Naquele período, o Ministério Público também denunciou Bonilha, Moreira Neto e dezenas de servidores por outras irregularidades na Acesf, como o caso da tanatopraxia. Servidores coagiam familiares de pessoas falecidas na cidade para que contratassem o serviço de conservação de cadáveres de determinadas empresas. O valor recebido era rateado entre os autores do crime. Todos os servidores envolvidos foram exonerados após processos disciplinares.

Problemas persistem no órgão

Passados mais de quatro anos do último escândalo, a Acesf continua recebendo denúncias contra funcionários. A atual superintendente, Sônia Gimenez, disse que recentemente familiares relataram ter sido abordados por servidores que se ofereciam para fazer "serviço por fora". "Isso é irregular", disse, sem revelar nomes ou mesmo mencionar quantas denúncias dessa natureza chegaram ao órgão.

Segundo ela, as denúncias formalizadas são encaminhadas à Corregedoria e os servidores afastados da função. "Se trabalham em um cemitério, por exemplo, são transferidos para outro. Estamos apurando todos os casos." A superintendente disse ainda que orienta as pessoas a registrar ocorrência policial, caso tenham se sentido coagidas.

"Temos mantido o diálogo com a equipe, que é muito coesa. A intenção é que isso não ocorra, mas não vamos passar a mão na cabeça de ninguém", comentou Sônia.

28 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Sétimo dia

Foi realizada ontem a missa de sétimo dia pelo falecimento de Neuza Lopes Faria Kfouri, esposa do desembargador Miguel Kfouri Neto, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. O culto foi realizado na Igreja Santa Terezinha do Menino Jesus, em Curitiba, no bairro Batel. Ela era assistente social e, durante a gestão do marido no TJ, coordenou a creche destinada aos filhos dos servidores do Judiciário.

28 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

No STF, maioria vota contra análise cronológica de vetos

Brasília - A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou ontem pela derrubada da decisão que obriga o Congresso a analisar em ordem cronológica os vetos presidenciais que aguardam votação. A medida havia sido determinada pelo ministro Luiz Fux no fim do ano passado. Votaram nesse sentido os ministros José Antonio Dias Toffoli, Teori Zavascki, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Os cinco ministros, porém, ainda não analisaram o mérito do caso e não discutiram uma solução para o impasse.

A polêmica começou no fim do ano passado, quando parlamentares do Rio e do Espírito Santo recorreram ao STF para barrar a votação do veto da presidente Dilma Rousseff à lei dos royalties, que estabelece uma nova distribuição das receitas de petróleo. Em decisão provisória, Fux determinou que os vetos precisavam ser votados seguindo a ordem de chegada ao Legislativo, o que suspendeu a análise do veto dos royalties e ainda criou um impasse em torno da votação de outros projetos pelos congressistas.

Durante seu voto, Toffoli questionou a tese do relator do caso, Luiz Fux, de que há uma obrigação constitucional para que os vetos sejam analisados na ordem de chegada ao Congresso. "Eu não vejo que se impôs uma ordem cronológica de votação. Eu fico a pensar

que se houvesse uma lei que a partir de 1º de março o Supremo teria que votar os processos pela ordem cronológica de entrada (no tribunal), nós estaríamos vinculados a isso?", questionou Toffoli.

Para o ministro, seria impossível impedir uma votação no Congresso antes que ela ocorra. "Eu lembro a dificuldade de dar uma decisão que impede outro poder de deliberar. Nós até podemos analisar, se a deliberação foi ou não compatível com a Constituição, mas obstar um poder de deliberar é algo possível, não se fecha a porta para absurdos."

Novos vetos

Mais novo integrante da Corte, Zavascki foi quem mais avançou sobre a discussão do mérito da questão e indicou que deve apoiar a tese de que a ordem cronológica vale apenas para os novos vetos que chegarem ao Congresso, sem ter efeitos sobre os mais de 3.000 que aguardam deliberação.

A ministra Cármen Lúcia disse que é inconstitucional o fato de o Congresso não votar em 30 dias os vetos. "Ninguém nega que houve descumprimento da ordem constitucional, que a situação vem de modo grave, mas a qualquer decisão que afete quadro normativo brasileiro, deve ter decisão final e que não crie mais problemas", disse.

Ao votarem pela derrubada da decisão provisória de Fux, Zavascki e Rosa Weber entendem que não foi correto o instrumento jurídico utilizado pelos parlamentares do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para impedir que a votação do veto à lei dos royalties pelo Congresso, que acabou levando a determinação para análise cronológica.

"Na verdade, o pedido de liminar busca obstar um veto num prazo previsto na Constituição. Até exagerando, quase impedindo o Congresso de Legislar", disse Rosa Weber. Para Lewadowski, a medida pode representar "uma invasão de uma seara que é privativa ao Congresso Nacional".

Em seu voto, mais cedo, Luiz Fux negou que esteja interferindo em uma questão interna do Congresso. "Não é o Judiciário que está determinando (a votação cronológica), é a Constituição que assim o faz", disse. "O veto faz parte do processo legislativo. Não se pode desconsiderar o veto e as consequências do veto. É absolutamente inimaginável que se possa dizer o que passou, passou", completou.

28 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Violência silenciada

Crianças e adolescentes vítimas

de abuso sexual dificilmente

rompem com o pacto de silêncio;

denúncia da comunidade é a

principal arma

*De cada quatro
crianças no
mundo uma
é abusada*

que muitas vezes é difícil fazer a denúncia da agressão. A fragilidade e o trauma das vítimas são tão fortes que ninguém quis contar sua história.

Autoestima

"Grande parte dos agressores está dentro de casa. Muitas vezes é o próprio pai, padrasto, tio, avô ou pessoas muito próximas e, quando falamos em crianças e adolescentes, temos que lembrar que eles são vulneráveis e estão em desenvolvimento. Eles não conseguem se proteger e a própria família não consegue dar conta da situação, pois a mãe em algumas situações é conivente e tem suas dificuldades também", comenta coordenador da Comissão Interinstitucional de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes de Londrina: Semear, o hebiatra Renato Moriya.

Ele salienta que o pedófilo procura por vítimas com um certo perfil de comportamento. "Geralmente, busca aquelas que ele sabe que não irá denunciar, até por uma questão de

Na semana passada, uma jovem em Londrina sofreu abuso sexual dentro de casa. O agressor era o padrasto, com quem convivia há muitos anos. Amigas da vítima confirmam que ela sofria assédio constante e que nunca denunciou o fato à polícia. "Ela disse que ele tentou agarrá-la por diversas vezes, mas que sempre conseguia escapar; e chegou a comentar o fato com a mãe, mas ela não acreditava", revelou uma amiga, afirmando que a jovem já havia fugido de casa em outras ocasiões, mas que em pouco tempo acabava retornando.

O caso chocou a sociedade e trouxe à tona o assunto que ainda é mantido sob silêncio. A verdade é que crimes como este, cometidos por pessoas do convívio, na maioria das vezes o pai ou o padrasto, são as ocorrências mais frequentes quando há denúncia de violência contra crianças e adolescentes.

Porém, os casos notificados ainda são irrisórios devido principalmente à dificuldade das vítimas para lidar com o fato. A reportagem procurou fazer contato com algumas vítimas para que comentassem por

ameaça; as crianças mais tímidas, que não falam e até aquelas que têm autoestima baixa", completa.

Ainda de acordo com Moriya, de cada quatro crianças no mundo, uma é abusada. Ao dimensionar a estimativa para Londrina, o hebiatra supõe que de cada 10 casos de abuso contra crianças e adolescentes, apenas um é notificado.

Dados dos centros de referência especializados de Assistência Social (Creas 3 e 4) de Londrina apontam que até janeiro deste ano 501 crianças até 12 anos estavam em atendimento na unidade, vítimas de abuso sexual. Dentre eles, 253 são meninos e 248, meninas. Na faixa etária entre 13 e 17 anos são 270 vítimas, sendo 123 rapazes e 147 moças.

CONTINUA

28 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Denúncias

Lianne Namie Hachiya, coordenadora do Programa Municipal Rosa Viva, que atende mulheres acima de 12 anos, vítimas de violência sexual, reforça que a falta de informação, o medo da exposição e até a falta de estrutura física ou psicológica são fatores que também colaboram para que os números de denúncias sejam baixos.

No ano passado, o Rosa Viva atendeu 52 casos. As vítimas são encaminhadas para o programa, que funciona na Maternidade Municipal Lucilla Ballalai, para receber tratamento medicamentoso. Segundo ela, até 2011, denunciar era mais difícil para a vítima porque ela tinha que ir na delegacia. Com a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, elas têm mais conhecimento sobre os direitos e proteção e estão se encorajando a registrar o Boletim de Ocorrência.

Para a diretora do Centro de Atendimento à Mulher (CAM), Lucimar Rodrigues da Silva, outro ponto que interfere na questão da denúncia "é o fato de que muitas vítimas se sentem culpadas pelo crime, por achar que 'incitaram' a situação, por exemplo, por usarem roupas curtas. Isso sem contar que muitas vítimas entram em depressão", aponta. Ela resalta o quanto é importante dar continuidade ao tratamento psicológico. "O tratamento leva em média seis meses e, por isso, as mulheres encaram isso de forma negativa, porque o que elas querem é esquecer o que aconteceu", diz.

No ano passado, a Semear lançou uma cartilha para orien-

tação e esclarecimento de todos os profissionais que lidam com crianças e adolescentes no sentido de combater todo tipo de violência no município. "O objetivo é articular todos os órgãos e profissionais para que consigamos efetivamente proteger a criança e adolescente contra esses agravos que estão acontecendo e são frequentes", explica Moriya, ao reforçar a necessidade de capacitação. "Todos devem estar preparados para perceber pequenas nuances que a criança ou adolescente pode apresentar, porque ela mesma não vai dizer que é vítima."

Criança tem medo de ser desacreditada

Segundo a psicóloga especialista em violência doméstica contra a criança e o adolescente, Cristina Fukumori Watarai, há diversos fatores que impedem a vítima de denunciar o abuso sexual. O primeiro deles seria o fato de a sexualidade ainda ser tratada como um tabu e, por isso, pouco discutida. O medo de ser desacreditado, principalmente se for uma criança, é outro fator. "Ele é meu pai, quem vai acreditar em mim?", exemplifica.

Ameaças implícitas ou explícitas do agressor, especialmente se for alguma autoridade, como o pai, também fazem com que a vítima se cale. Além disso, o vínculo com o agressor, o medo de ser punida e a liberdade que a vítima tem para conversar em casa também são fatores impor-

tantes, de acordo com a especialista.

"A vítima tem medo do que vai acontecer se falar, ela quer manter a família unida e muitas vezes se sente culpada por ter fragmentado o lar. Além disso, também pode acontecer de a vítima se acostumar com o abuso. Ela vive aquilo tanto tempo que se adapta, mas nem por isso ela é menos vítima", alerta. Também por esse motivo, mesmo adolescentes e jovens adultos podem ter dificuldades de contar os abusos, porque não têm maturidade emocional para lidar com o problema.

Para conseguir denunciar, a vítima necessita sobretudo do apoio de outra pessoa. "Ela precisa ver que não está sozinha, que terá a força do outro para ajudá-la a enfrentar a situação. Até porque o agressor usa da estratégia de isolar a vítima para que não tenha como pedir socorro", resalta Cristina.

Segundo ela, é muito importante que professores, amigos e familiares tenham sensibilidade para perceber qualquer problema e fazer a denúncia para os órgãos competentes. Mudança brusca de comportamento sem motivo aparente, desenvolvimento sexual atípico, se esquivar quando questionada sobre problemas familiares, comportamentos erotizados, entre outros, são sinais de alerta. "Não há necessidade de ter certeza do abuso, a simples suspeita já deverá ser notificada. Mas é preciso muito cuidado para quem é feita a denúncia, a família não deve ser abordada diretamente, já que pode acarretar em risco para a vítima."

28 FEV 2013

METRO

Biombos isolavam quem morreria, diz testemunha

Denúncias. Técnica em enfermagem relata em depoimento que a direção do hospital e pastores sabiam do que ocorria na unidade

De acordo com denúncias que constam no inquérito que investiga as mortes na UTI do Hospital Evangélico, a médica Virginia Soares colocava biombos diante dos leitos das vítimas que iam morrer. O objetivo era para que os outros pacientes não vissem e para que a família também não entrasse mais.

“Chegava (Virginia) na UTI e apontava os leitos onde deveriam ser colocados os biombos na frente (...) Que nos pacientes que eram colocados os biombos não era permitido que os técnicos de enfermagem da UTI Geral tomassem qualquer providência a respeito, devendo comunicar apenas o horário da constatação do óbito”, contou uma técnica de enfermagem, que trabalhou no Evangélico entre fevereiro de 2011 e março do ano passado.

Direção

O inquérito contém ainda a denúncia de uma ex-funcionária que afirma que a direção do hospital e os pastores eram informados sobre quais pacientes iam morrer.

“Antes de adotar as medi-

5

5 pessoas já foram presas na investigação do Nucrisa. Além de Virginia, estão detidos três médicos e uma enfermeira.

das para antecipação do óbito, a médica Virginia passava ao pastor o nome dos pacientes que iam a óbito”, disse em depoimento prestado à polícia.

Ela disse ainda que havia um texto padrão que deveria ser escrito nas anotações de enfermagem, que todos os técnicos deveriam escrever no prontuário do paciente e que “isso era de conhecimento de todo o hospital, da direção, inclusive dos pastores, os quais não adotavam providências”.

Sobre essas denúncias ainda não houve manifestação do Evangélico. A assessoria de imprensa do hospital disse ontem que a direção ainda não teve conhecimento do conteúdo do inquérito policial.

Investigação

As denúncias começaram a ser feitas em março do ano

passado por meio da Ouvidoria Geral do Estado. Todas apontavam que havia um esquema coordenado pela ex-chefe da UTI com o propósito de liberar leitos.

Para isso, pacientes tinham a frequência respiratória dos aparelhos diminuída e recebiam medicamentos que bloqueiam as vias respiratórias juntamente com os remédios diários. Dessa forma, o paciente ia a óbito propositalmente, de acordo com o inquérito.

Esses medicamentos eram Pavulon ou Proposol, que seriam injetados no soro com a medicação diária.

Durante entrevista coletiva concedida na última segunda-feira, o diretor técnico do hospital Evangélico, Luiz Felipe Natel Mendes, afirmou que o Pavulon é usado para otimizar a ventilação dos pacientes” e é utilizado primordialmente em procedimentos anestésicos dentro do Centro Cirúrgico.

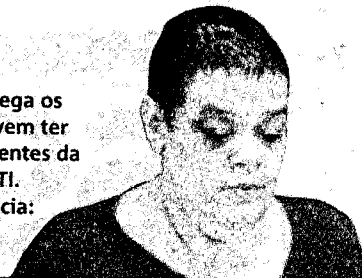
28 FEV 2013

METRO

CONTINUAÇÃO

Gravações

Em depoimento prestado à polícia, a ex-chefe da UTI nega os fatos relatados e diz que acredita que as denúncias devem ter decorrido de mau entendimento dos próprios componentes da equipe não familiarizados com os procedimentos da UTI. Veja alguns trechos das escutas interceptadas pela polícia:



Virginia – “Está quieto, tem que deixar quieto, a hora que parar de respirar foi, pelo amor de Deus.”

Com relação à diminuição dos parâmetros do respirador, ela esclarece que os parâmetros são alterados o tempo todo na dinâmica dos doentes.

Virginia – “Nós estamos com a cabeça bem tranquila para assassinar, para tudo né!”

De acordo com a defesa dela, o termo foi usado em um momento em que ela estava estressada.

Virginia – “Ah, vai Cláudio, não força. Não adianta entulhar a UTI. Tem que girar.”

Segundo ela, isso significa que deve-se ter condições de dar vagas para pacientes de emergência que não tenham condições de ser atendidos.

Virginia – “Chama a família... e diz que não vai sobreviver. Infelizmente é nossa missão. Intermediá-los no trampolim do além.”

Diz que não se recorda de ter utilizado esse termo.

UTI. ‘Não havia policial infiltrado’

O Departamento da Polícia Civil informou ontem que não havia um policial infiltrado na UTI Geral do Evangélico, que era comandada pela médica Virginia.

De acordo as informações repassadas, mesmo com a autorização concedida pela Justiça optou-se por não usar esse profissional.

“A execução da medida se tornou inviável do ponto de vista operacional, optando-se pela interceptação telefônica autorizada judicialmente”, explicou em nota.

A polícia tem prazo até a próxima segunda-feira para concluir as investigações das mortes na UTI do hospital. Os documentos mostram, inicialmente, que são apuradas cinco mortes que aconteceram na Unidade de Terapia Intensiva entre os anos de 2011 e 2012.

A delegada do Nucrisa (Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde), Paula Brisola, foi procurada pelo **Metro**, mas não quis se pronunciar.

Defesa. Advogado entra com habeas corpus

O advogado de defesa da médica Virginia Soares entrou ontem à tarde com um pedido de habeas corpus. A defesa alega que não há indícios de materialidade. “Não há prova da existência de fato criminoso”, alega.

O pedido foi protocolado na 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

No habeas corpus, o advogado pede provas científicas e válidas da existência do fato, como laudos específicos do IML (Instituto Médico Legal) que comprovam possíveis crimes contra a vida.

Até a noite de ontem, ainda não havia sido divulgada a decisão da Justiça sobre o pedido.

Virginia está presa desde o dia 19 de fevereiro. Ontem ela foi transferida do Centro de Triagem I, para o presídio feminino de Piraquara.

Nova equipe começa as reuniões

De acordo com o Hospital Evangélico, a nova equipe de médicos que vai substituir os profissionais que atuavam com a médica Virginia Soares, começou a se reunir ontem. Ainda não há previsão de quando eles vão começar a atuar.

O Evangélico informou ainda que a UTI Geral continua fechada e só deve reabrir assim que for definido como vai funcionar a nova equipe. Os nomes dos profissionais ainda não foram divulgados.

A pedido da Secretaria Municipal de Saúde, os 47 funcionários que trabalhavam na equipe da médica Virginia foram realocados na semana passada para outros locais. Deixaram o setor 13 médicos e 34 pessoas do setor da enfermagem.

28 FEV 2013

METRO

Anvisa. Justiça derruba liminar que permitia venda de cigarro com sabor

A Advocacia-Geral da União e a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) derrubaram na Justiça a liminar que permitia a comercialização de cigarros aromáticos. Na última terça-feira, o desembargador Jirair Aram Meguerian, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região revogou liminar da Justiça Federal do Distrito Federal, obtida pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), que suspendia a resolução da Anvisa publicada em março de 2012.

Para o desembargador, os aditivos aromáticos, como o mentol e o cravo, ampliam os prejuízos à saúde. O Sinditabaco pode recorrer ao próprio Tribunal e depois a instâncias superiores.

A resolução da Anvisa estabelecia um prazo de 18 meses, a contar da publicação, para a retirada do mercado de cigarros com sabor. Esse prazo vence em setembro próximo. O veto alcança também fumo para cachimbo e narguilés, charutos e cigarrilhas com sabor, mas os fabricantes destes produtos terão um prazo até março de 2014.

28 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Tráfico de pessoas

LUIZA NAGIB ELUF

Devemos reconhecer que a novela “Salve Jorge”, da Rede Globo, está prestando um serviço à população ao abordar de forma clara e didática o tráfico internacional de seres humanos para fins de prostituição.

Nossa Polícia Federal já instaurou 867 inquéritos policiais sobre o assunto, mas quem precisa estar bem informado sobre os fatos é o povo, a fim de que possa se defender. E as massas só se ligam naquilo que aparece na televisão.

O tráfico de pessoas produz o terceiro maior lucro mundial para as quadrilhas, ficando aquém apenas do tráfico de armas e de drogas. E nem sempre a finalidade é a exploração sexual, podendo a traficância destinar-se a outras violações.

Nosso Código Penal atual, nos artigos 231 e 232, prevê apenas a punição do tráfico internacional e interno de pessoas para fins de exploração sexual. A proposta de reforma penal, atualmente em tramitação no Senado, no entanto, contempla essa modalidade delitativa de maneira mais abrangente, prevendo também o intuito de extração de órgãos, tecido ou partes do corpo e trabalho escravo.

Nos termos da legislação em vigor, que é mais restritiva do que a proposta de reforma penal, o tráfico de pessoas é um crime contra a dignidade sexual. A pena para a modalidade internacional vai de três a oito anos de reclusão, mas poderá chegar a 12 se a vítima for menor de 18 anos ou se for portadora de algu-

O projeto de lei que regulamenta os serviços prestados pelos profissionais do sexo merece apoio por seu cunho libertador e educativo

ma enfermidade. Se o crime for praticado por um familiar ou empregador, se houver uso de violência, grave ameaça ou fraude, também caberá pena maior.

As mulheres são as vítimas preferenciais do tráfico de pessoas. E isso tem uma explicação óbvia: a opressão sexual feminina. Exatamente por essa razão, a prostituição precisa ser encarada sem preconceitos e com muita objetividade. O comércio sexual, na forma como o conhecemos hoje, tem a mesma idade do patriarcado.

Em sociedades em que as mulheres, os homossexuais, os travestis e os transexuais não conseguem fazer valer seus direitos humanos, é fácil compreender por que são usados, explorados, descartados e, ao final, responsabilizados por seus trágicos destinos.

A regulamentação do comércio sexual, praticado entre pessoas maiores de 18 anos e livres, ajudaria muito a evitar a escabrosa exploração a que hoje estão sujeitos os profissionais do sexo em nosso país.

Milhares de pessoas seriam retiradas do abismo da condenação moral, que só faz piorar sua já difícil situação, e muitas crianças teriam con-

dições melhores para viver.

Com o avanço da noção de direitos humanos ao redor do mundo, já não se usa mais a palavra “prostituta”, pois a carga de preconceitos que o termo traz em si impossibilita a correta compreensão do problema. Hoje, fala-se em “profissional do sexo”. Algumas das pessoas que abraçam a atividade fazem-no por imposição de terceiros, mas há casos em que o indivíduo opta pela profissão sem estar sendo explorado nem induzido a tal.

É preciso separar as duas situações. Lembramos que a legislação brasileira não pune o comércio sexual, pune apenas quem o explora. O projeto de lei do deputado federal Jean Wyllys, que regulamenta os serviços prestados pelos profissionais do sexo, em tramitação na Câmara Federal, merece apoio da comunidade por seu cunho libertador e educativo, ao banir o estigma que pesa sobre a mulher em contraposição às glórias que cobrem o homem quando ambos praticam a mesma atividade, porém em lados opostos.

Em uma sociedade igualitária, cuja Constituição estabelece não haver dominador nem dominado, é preciso ajudar a população vulnerável a sair das masmorras e das senzalas que ainda persistem.

LUIZA NAGIB ELUF, 57, procuradora de Justiça aposentada e advogada criminal, integrou a comissão de juristas criada pelo Senado para propor a reforma penal

28 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

UTI

Quando li a notícia sobre a médica de Curitiba que está sendo investigada como suspeita de causar a morte de pacientes em UTI, fiquei indignada, achando que isso só podia ser coisa de filme de terror. Consegui voltar a respirar ao ler o artigo "Às vidas na UTI", de Jairo Marques ("Cotidiano", 26/2). Quanta sensibilidade e humanidade; chorei.

MARIA TEREZA LOPES GOMES (Jaú, SP)

Defesa pede na Justiça que chefe de UTI seja libertada

DE CURITIBA - A defesa da médica suspeita de provocar a morte de pacientes entrou ontem com pedido de habeas corpus para que ela seja libertada.

Virgínia Helena Soares de Souza, 56, é chefe da UTI do Hospital Universitário Evangélico e está presa em caráter preventivo desde o dia 19.

A polícia suspeita que ela tenha antecipado a morte de pacientes. Virgínia nega as acusações. Outras quatro pessoas de sua equipe estão presas.

A polícia disse ontem que não infiltrou agente na UTI, a despeito de ter conseguido autorização judicial. Em nota, disse que a medida "se tornou inviável do ponto de vista operacional".

As assertivas do advogado Elias Mattar Assad em sua entrevista à **Folha** ("Cotidiano", ontem) são preocupantes e de extrema gravidade, pois colocam sob suspeita de ineficiência e até mesmo de irresponsabilidade todo o aparato da Polícia Judiciária do Estado do Paraná. O corajoso criminalista afirmou que os meios científicos hoje utilizados pela Polícia Técnica serviram para embasar as prisões cautelares de médicos e de outros profissionais da saúde possuidores de credibilidade no seu meio profissional. Certamente, caberá ao secretário da Segurança Pública do Paraná explicar publicamente os trabalhos desenvolvidos pela Polícia Judiciária no caso de suspeita de mortes na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba, sob pena de incorrer em grave omissão perante a opinião pública, a classe médica e todos aqueles cujos parentes estiveram internados na UTI do nosocômio.

ANTONIO NEIVA DE MACEDO FILHO
(São José dos Pinhais, PR)

FOLHA DE S. PAULO

Mulher abusada pelo pai por 30 anos terá pensão vitalícia

Prefeitura de Caruaru pagará R\$ 1.000 mensais a agricultora que mandou matar pai e foi absolvida

Uma agricultora de Caruaru (a 131 km do Recife) vai receber da prefeitura uma pensão vitalícia de R\$ 1.000 mensais. Severina Maria da Silva, 46, foi molestada sexualmente pelo próprio pai dos nove aos 38 anos.

Nesse período, engravidou 12 vezes e teve cinco filhos. Em 2005, ela encomendou a morte do pai após ele tentar violentar uma das filhas-netas, na época com 11 anos. Severina ficou presa durante um ano.

Em 2011, foi absolvida pela Justiça, que entendeu que a agricultora não poderia ser condenada, já que foi coagida pelo pai desde a infância. Severina vive na área rural de Caruaru com quatro filhos.

A lei que lhe dá direito à pensão foi sancionada ontem pelo prefeito José Queiroz.

O projeto foi iniciativa da Secretaria Municipal Especial da Mulher. De acordo com a secretária Elba Ravane, a mulher tem recebido há dois anos acompanhamento médico e psicológico no CRM (Centro de Referência da Mulher) Maria Bonita, que atende mulheres vítimas de violência.

Segundo Elba, a equipe constatou que os diversos problemas de saúde da agricultora, além do trauma pelas agressões sofridas durante quase 30 anos, não permitiam que ela conseguisse sustentar a si mesma e aos filhos.

“A situação dela era de extrema vulnerabilidade social. Ela não teria condições de uma vida digna sem esse auxílio.”

Cinco pessoas vão responder por incêndio no Butantan

Fogo destruiu parte do acervo do instituto

Foi recebida nesta segunda-feira pela juíza Aparecida Angélica Correia, da Vara de Pinheiros, a denúncia do Ministério Público contra cinco pessoas que trabalhavam no Instituto Butantan em 2010, quando ocorreu um incêndio que destruiu o laboratório de répteis do instituto.

No inquérito, foram responsabilizados Otávio Mercadante, ex-diretor do instituto; Ricardo Braga de Souza, ex-diretor administrativo; Selma Maria de Almeida Santos, pesquisadora; Carlos Almeida Correia, engenheiro responsável pela manutenção das edificações, e Otávio Augusto Marques, ex-diretor do laboratório de ecologia.

A denúncia foi oferecida pela promotora Eliana Passarelli. A perícia constatou que o local era destinado ao depósito de material biológico, com serpentes guardadas em recipientes com álcool.

As chamas começaram no mezanino, onde havia um equipamento usado para manter a temperatura corporal dos répteis. Procurado, o instituto não se pronunciou. A reportagem não conseguiu contato com os acusados.

28 FEV 2013

MÔNICA BERGAMO

VIDA REAL

O MEC (Ministério da Educação) vai discutir a implantação de estágio social obrigatório para estudantes de direito. Antes de se formar, eles teriam que fazer “residência”, prestando serviços gratuitos em lugares em que praticamente não existem advogados — como os presídios brasileiros.

REAL 2

A ideia foi levada anteontem ao ministro Aloizio Mercadante (PT-SP) pelo ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Mercadante afirma que vê a proposta com simpatia e que aprofundará o tema na discussão sobre a limitação na criação de cursos de direito.

28 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF libera Congresso para votar vetos como quiser

Apesar de provisória, decisão já permite votação
sobre royalties do petróleo

**Maioria decidiu anular
decisão de ministro,
que impôs no final de
2012 a obrigação de
ordem cronológica**

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, por 6 votos a 4, liberar o Congresso para votar na ordem que quiser os mais de 3.000 vetos presidenciais que travam a pauta do Legislativo desde dezembro.

Os ministros anularam uma determinação de Luiz Fux, do fim de 2012, pela qual a análise dos vetos deveria seguir a ordem cronológica de chegada ao Congresso.

Apesar de provisória, a decisão já permite que haja votação no Congresso, como foi tentado dois meses atrás, de vetos da presidente Dilma Rousseff sobre as mudanças nas regras de distribuição dos royalties do petróleo.

Os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), vão discutir o assunto hoje.

Eles serão pressionados por congressistas contrários ao veto dos royalties para que ele seja o primeiro da "fila".

O caso afeta a distribuição de recursos entre os Estados. Parlamentares do Rio são os que mais temem a derrubada do veto — alegam perda anual de R\$ 4 bilhões ao Estado.

A maioria dos ministros considerou que o assunto sobre a ordem dos vetos não deveria ser tratado em uma decisão provisória, por envolver atribuições de outro Poder.

Os ministros que votaram para derrubar o entendimento anterior de Fux foram Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, José Antonio Dias Toffoli, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki. O relator foi acompanhado por Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Os ministros não analisaram se há obrigação para que os vetos sejam analisados em ordem cronológica. Mendes, Lewandowski e Toffoli já disseram que não entendem isso.

Os ministros também não definiram se a pauta do Congresso fica trancada, impedido, por exemplo, a análise do Orçamento, caso os vetos não sejam aprovados.

A tendência é que no desfecho do caso, que não tem data para ocorrer, os minis-

tros digam que a ordem cronológica deve valer para os vetos editados a partir de uma determinada data.

A derruba do entendimento de Fux foi puxada pelo ministro Teori Zavascki. O ministro afirmou que a análise dos vetos pendentes implicaria um "futuro caótico" e "consequências verdadeiramente dramáticas".

A Constituição determina um prazo de 30 dias para apreciação de vetos, sob pena de trancamento de outras proposições pelo Congresso, mas isso nunca foi respeitado pelos parlamentares.

Ontem, na leitura de seu voto, Fux disse que, diante da "anarquia" sobre os vetos, a Corte não poderia se furtrar de estabelecer a ordem. Os três ministros que acompanharam Fux fizeram duras críticas à omissão do Congresso. Celso de Mello disse que a inércia demonstra "desprezo" pela Constituição.

28 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

Decisão de ontem não significa aval do Supremo ao Congresso

DIEGO WERNECK ARGUELHES
IVAR A. HARTMANN
ESPECIAL PARA A FOLHA

A partir de hoje, o Congresso pode discutir o veto da presidente Dilma à lei dos royalties —foi o que autorizou o Supremo Tribunal Federal na sessão de ontem.

Mas é cedo para o Legislativo comemorar. Os ministros sinalizaram que estão dispostos a corrigir o problema dos vetos pendentes de apreciação no Congresso. Basta que se acione o meio adequado.

Em sua decisão liminar de dezembro, atendendo ao pedido feito por um parlamentar, o ministro do STF Luiz Fux decidiu impedir a discussão de um veto específico — os royalties— estabelecendo uma regra geral: todos vetos pendentes há mais de 30 dias, prazo previsto na Constituição, deveriam ser decididos em ordem cronológica.

Ontem, uma maioria de ministros reverteu a decisão de Fux. Não por discordarem dele quanto ao diagnóstico de que o Congresso não tem agido como deveria. Mas sim por entenderem que o destino do veto dos royalties, em deci-

são liminar, não deveria arrastar consigo o destino de todos os outros vetos —pendentes e futuros. O STF separou o que Fux havia misturado.

O Supremo não disse ontem que o Congresso está correto na sua prática quanto aos vetos. Ao contrário, pelo menos metade dos ministros presentes sinalizou seu repúdio ao desrespeito do prazo constitucional. Mais ainda, vários ministros lembraram que não é exótico ou absurdo que o STF discuta e decida a constitucionalidade do processo decisório do Legislativo. Há muitos precedentes.

O que separou Fux da maioria foi o caminho escolhido para enfrentar o problema. A questão será novamente enfrentada no futuro próximo. É questão de tempo.

O Supremo já enviou sua mensagem. Como o Congresso se comportará daqui para frente? No jogo de longo prazo da interação entre os poderes, a cautela judicial de hoje pode pavimentar o ativismo de amanhã.

DIEGO WERNECK ARGUELHES e **IVAR A. HARTMANN** são professores pesquisadores do Centro de Justiça e Sociedade da FGV Direito Rio

28 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Professores devem receber piso retroativo a abril de 2011, diz STF

Estados dizem não ter condições para cumprir norma federal

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que a lei que criou o piso nacional dos professores passou a ter validade em abril de 2011, quando foi reconhecida pelo tribunal.

Assim, os Estados que não cumprem a norma federal devem fazer o pagamento retroativo a 27 de abril de 2011.

Atualmente, o piso é de R\$ 1.567 para 40 horas semanais.

Segundo advogados ouvidos pela **Folha**, caso descumpriam a decisão, os Estados podem ser alvo de um pedido de intervenção federal, que teria de ser avaliado pelo próprio Supremo, ou de um mandado de segurança obrigando o pagamento.

Sancionada pelo ex-presidente Lula em 2008, a lei do piso foi questionada no STF por governadores que alegaram dificuldades financeiras para cumpri-la. Em decisão provisória, o próprio STF havia suspenso o piso.

Em 2011, a corte analisou o caso de forma definitiva, validando a lei. Ficou estabelecido que o piso é a remuneração básica, sem acréscimos pagos de forma diversa pelos Estados, como via bônus.

O presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Roberto Leão, elogiou a decisão do Supremo. "O julgamento estabelece definitivamente uma data em que o piso é reconhecido como um valor absoluto, sem gratificações. Isso é importante", disse.

Segundo a confederação, dez Estados ainda não cumprem o piso: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Amapá.

Ontem, a corte analisou recursos de governadores (MS, PR, SC, RS e CE) que questionaram que não tinham condições orçamentárias para pagar o piso desde 2008.

No julgamento, a maioria dos ministros acolheu a reclamação dos Estados, liberando o passivo de dois anos e seis meses.

ESTADOS

O governo de Minas informou que só vai se pronunciar quando receber a decisão oficial do STF. O Estado afirma que cumpre a lei e paga R\$ 1.386 para professores em início de carreira para uma jornada de 24 horas, o que superaria o piso nacional quando feita a equivalência para a jornada de 40 horas.

A coordenadora-geral do Sind-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG), Beatriz Cerqueira, diz a decisão do STF é um retrocesso. "Quando se fala em educação não há dinheiro, mas quando o assunto é Copa eles [Estados] têm."

O governo gaúcho diz cumprir o piso com complemento ao salário dos professores. Hoje, o valor do salário-base no Estado é de R\$ 487 para 20 horas semanais, segundo o sindicato da categoria.

28 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

Secretários se encontram na Capital

Secretários da Justiça de todo o Brasil se reúnem hoje e amanhã, em Curitiba, para discutir a execução penal no Brasil. Eles participam da reunião do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), presidido pela secretária paranaense Maria Tereza Uille Gomes.

Entre os assuntos em discussão está o sistema de informação BI - Business Intelligence, desenvolvido no Paraná, que permite o acompanhamento online de toda a situação penal de cada preso, possibilitando tornar permanentes os mutirões carcerários. Também entra em debate critérios objetivos para diferenciar usuário e traficante, Plano Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que dispõe de R\$ 1,1 bilhão para ampliação e construção de estabelecimentos penais no país; videoconferência e transferência de presos entre os estados.

Hoje, o encontro acontece na Sala de Situação, no segundo andar do Palácio Iguaçu, Centro Cívico, das 13 às 18 horas. Amanhã os secretários se

reúnem na Sala de reuniões, do Palácio das Araucárias, das 9 às 16 horas.

Segurança — Já o secretário de Estado da Segurança Pública, Cid Vasques, representantes do comando da Polícia Militar, e o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius da Costa Michelotto, participam hoje de reunião de trabalho do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) de Fronteira, em Foz do Iguaçu, região oeste. Durante o encontro serão traçadas estratégias e ações para o enfrentamento à criminalidade na região de fronteira.

Além de representantes dos órgãos que compõem a Segurança Pública do Paraná, o GGI conta com membros de outras secretarias de Estado e, como convidados permanentes, com representantes de instituições como a Agência Brasileira de Inteligência, Tribunal de Justiça do Paraná, Ministério Público Estadual e Federal, Marinha, Exército e Aeronáutica, OAB, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop) e Guardas Municipais dos municípios da região. O encontro será em Foz do Iguaçu.

28 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

CIGARRO

Justiça derruba liminar que permitia uso de sabor

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) derrubou liminar que permitia o comércio de cigarros com sabor no país. O tribunal acatou recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Com a decisão, segue em vigor a Resolução 14/2012, da agência que proíbe os produtos do tabaco aromatizados.

A Justiça de primeira instância havia concedido a liminar ao Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco. A entidade informou que ainda não foi notificada oficialmente da nova decisão judicial, e portanto não irá se posicionar. Em nota, na ocasião em que conseguiu a liminar, o sindicato questionou a competência legal da Anvisa, alegando que o assunto deveria ser tratado no Congresso Nacional. Na nota, a entidade argumentou que a resolução “não considerou o potencial aumento na comercialização de cigarros ilícitos, que já respondem por quase um terço do mercado brasileiro (cerca de 30 bilhões de unidades de cigarros). Esses produtos deverão preencher a lacuna provocada pela medida [da Anvisa], pois o consumidor será incentivado a buscar um cigarro com o qual já está habituado. O produto legal emprega 2,5 milhões de pessoas, é mola propulsora de desenvolvimento de centenas de municípios, gerador de divisas de US\$ 3,26 bilhões na exportação e R\$ 4,6 bilhões de receita aos produtores integrados do sul do Brasil”.

28 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

CARTADAS DE PESO NO CASO DO HOSPITAL EVANGÉLICO

- ▶ Polícia apresenta gravações que comprometem médica e nega agente infiltrado.
- ▶ Advogado de Virgínia Soares vai ao CRM e tenta desqualificar investigação.

Elias Mattar Assad, advogado da médica Virgínia Soares, entrega o inquérito ao CRM: para ele, polícia civil não conhece medicina legal



CONTINUA

POLÍCIA DIVULGA transcrições de gravações

Defesa diz que frases estão fora de contexto.

Ontem, foi pedido o *habeas corpus* de médica presa

As transcrições de gravações feitas pela polícia do Paraná na UTI do Hospital Evangélico, que resultaram na prisão da médica Virgínia Soares de Souza, no dia 19 de fevereiro, sob a acusação de homicídio qualificado, mostram um diálogo em que ela afirma que está com “a cabeça tranquila para assassinar”. Segundo o inquérito, às 15h29 de 24 de janeiro, Virgínia conversa com um médico chamado Rodolfo e depois de avaliar as condições clínicas fala: “Nós estamos com a cabeça bem tranquila pra assassinar, pra tudo, né?”.

O advogado de defesa de Virgínia, Elias Mattar Assad, desqualifica o teor das gravações e alega que elas “estão fora de contexto e algumas estão sendo mal interpretadas”. “Com certeza foi em um momento de descompressão, quando ela, envolvida no salvamento de outra pessoa, muitas vezes ouve desabafos e agressões verbais de familiares e depois fala dessa forma com seus colegas de trabalho”, diz o advogado.

Uma outra frase, supostamente gravada também no dia 24, é “quero desentulhar essa UTI que tá me dando coceira”, seguida de uma risada. Ela teria sido falada após o comentário de um médico, de nome

Anderson (o anestesista Anderson de Freitas foi preso no final de semana, mas não há confirmação de que tenha sido ele o autor da frase).

Ontem, a polícia negou, por meio da assessoria de imprensa, que as gravações tenham sido realizadas por um agente infiltrado na UTI do hospital. “Havia essa possibilidade, mas optou-se por fazer apenas a interceptação telefônica dos ramos da UTI e nos celulares. Não houve agente policial”, informou a assessoria, em nota.

Habeas corpus — O advogado de defesa da médica, Elias Mattar Assad, pediu ontem o *habeas corpus* de sua cliente junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A principal justificativa para o pedido, segundo a defesa, tem sido a falta de materialidade. “Não há prova da existência de crime”, alega.

A defesa da médica também deve pedir a prisão da delegada do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brisola, caso ela descumpra uma nova ordem judicial expedida no final da tarde e não entregue a íntegra do inquérito. A polícia não se pronunciou.

Os prontuários dos pacientes Ivo Spitzner, Paulo José da Silva, Pedro Henrique Nascimento, André Luis Faustino e Luiz Antônio Propst, que morreram entre os dias 24 e 28 de janeiro deste ano e cujas mortes culminaram no pedido de prisão da médica, ainda estão com a polícia, sem acesso aos advogados.

Depoimentos — Em seu depoimento, o anestesista Edison Anselmo da Silva negou qualquer envolvimento com supostos crimes ocorridos na UTI, assim como a enfermeira Laís da Rosa Groff. Ela disse que todos os movimentos na UTI eram monitorados.

Em sua defesa, Virgínia negou, durante interrogatório, que tenha provocado intencionalmente a morte de pacientes. “A denúncia ocorreu por mau entendimento dos próprios componentes da equipe não familiarizados com os procedimentos da UTI”, diz o inquérito.

CONTINUA

28 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

Assad pede que CRM se pronuncie

O advogado criminalista Elias Mattar Assad, que atua na defesa da médica Virgínia Helena Soares de Souza, protocolou, ontem, um pedido de manifestação formal do Conselho Regional de Medicina no Paraná (CRM-PR). Com o protocolo foram encaminhados todos os documentos do Inquérito e mídias que a defesa possui.

Para Assad, “a entidade que regulamenta a profissão de médico no Brasil é a única que pode dilucidar regularidade de atos e questões ético-profissionais, em confronto com o enunciado do artigo 41, parágrafo único da Resolução CFM n. 1931/2009. A ciência jurídica pede um posicionamento formal da ciência médica para co-

locar um fim neste pesadelo que estamos vivenciando no Estado do Paraná”, arrematou Assad em nota à imprensa.

O CRM-PR emitiu uma nota na terça-feira, logo após o anúncio sobre a quebra do sigilo de investigação do caso. “Este órgão fiscalizador, tão logo tenha acesso ao conteúdo dos autos, vai dar andamento à sindicância já aberta e avaliar o caso com critério técnico, serenidade e imparcialidade, à luz da ética e da ciência. O trâmite no CRM-PR será em caráter sigiloso por força do Código de Processo Ético-Profissional, respeitando a confidencialidade dos dados dos pacientes e oportunizando a ampla defesa”, diz a nota.

O CRM-PR também vol-

tou a esclarecer que em nenhum momento recebeu denúncias sobre os casos que ora se manifestam, e que também não foi informada nem acesso à fase investigatória da polícia.

No momento, o CRM-PR tem a preocupação com “a condenação pública que se estabeleceu sem que, à luz do contraditório, os envolvidos sejam realmente avaliados e julgados por quem de direito”. Também alerta para que se preserve a história do Hospital Evangélico, e pede cautela e responsabilidade na divulgação dos fatos, evitando sensacionalismo e o estado de insegurança que possam incorrer em generalizações, reacender sofrimentos e comprometer a relação médico-paciente.

28 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

UTI | Com quebra do sigredo de Justiça, conversas entre médicos revelam como mortes de pacientes terminais eram aceleradas

Calma pra matar

“ Nós estamos com a cabeça bem tranquila para assassinar, pra tudo, né?”. A frase foi dita pela médica Virgínia Soares Souza, ex-chefe da UTI do Hospital Evangélico, em conversa com outro médico da unidade. A transcrição consta no inquérito policial que indiciou-a por acelerar a morte de pacientes. Ela foi presa na terça-feira da semana passada (19).

O inquérito teve o sigilo quebrado por ordem judicial e revela que os crimes chegaram ao conhecimento da polícia por denúncia anônima. Segundo os relatos, o intuito de Virgínia era liberar leitos da UTI. Para isso, a médica orientava sua equipe e a de enfermagem a “desligar aparelhos de pacientes terminais”.

De acordo com o inquérito, isso ocorria com a “redução da passagem de ar nos aparelhos auxiliares de respiração e o uso de remédios como Pavulon e Proposol nos pacientes terminais, culminando na redução da capacidade respiratória e consequente óbito”.

Interceptações

A Justiça autorizou a Polícia Civil a fazer interceptação telefônica de ramais da UTI. Dessa forma, um policial com formação superior em enfermagem captou Virgínia se manifestando pelo desligamento de aparelho respiratório de um paciente terminal.

Uma pessoa que trabalhou na UTI e não quer ser identificada contou aos policiais que, às segundas e quartas-feiras, a médica mandava colocar biombos em alguns leitos de pacientes. Segundo o denunciante, para este grupo de internados, ela ordenava a redução de oxigênio, ministrava um coquetel de medicamentos e não permitia aos técnicos de enfermagem prestar assistência.

Três dias antes de a médica ser presa, o Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) obteve mandado de busca e apreensão de documentos no Hospital Evangélico. Os policiais recolheram listas com nome dos pacientes, prontuários completos e de profissionais que trabalharam na UTI desde 1.º de janeiro de 2012. No mesmo dia em que autorizou a busca de documentos, o juiz Pedro Luís Sanson Corat determinou o sigilo judicial das investigações, que foi quebrado anteontem.



Virgínia: “Eu falei, ele vai morrer”.

Mortes misteriosas

O inquérito também anexou uma reportagem publicada pela Tribuna e pelo portal Paraná Online, em 16/3/2012, intitulada “Mortes inexplicáveis no Hospital Evangélico”, que divulga o drama de familiares de duas mulheres, uma idosa de 77 anos e uma gestante, que faleceram na UTI. As famílias das duas pacientes alegam que obtiveram poucas informações a respeito dos óbitos.

Advogado contesta inquérito

O advogado de defesa de Virgínia, Elias Mattar Assad, contestou o inquérito policial, afirmando que provará que a Polícia Civil não conhece medicina-legal. Ontem, o defensor protocolou pedido de manifestação formal do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR) sobre o caso.

“A ciência jurídica pede um posicionamento formal da ciência médica para colocar um fim neste pesadelo que estamos vivenciando no Estado do Paraná”, declarou.

A delegada do Nucrisa, Paula Brisola, não dá entrevistas sobre o caso. Até o momento, segundo a polícia, mais de cem pessoas já procuraram a delegacia para depor sobre o caso.

CONTINUA

28 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Os telefonemas de Virgínia

23 de janeiro de 2013

Virgínia "Pode ser que ele diga o sobrenome, porque ele está bem espertinho. Agora o outro está morto".

Médico "O outro está feio na foto".

Virgínia "Está quieto, tem que deixar quieto. A hora em que parar o respirador foi pelo amor de Deus".

Médico "Ah, tá. Não, tranquilo".

24 de janeiro de 2013

Virgínia "Esse foi caprichado, né?".

Médico "Esse foi. Quadro clínico bonito, caprichou. Bem na hora que nós estamos tranquilos".

Virgínia "Nós estamos com a cabeça bem tranquila para assassinar, para tudo, né?".

27 de janeiro de 2013

Virgínia - O Alexandre achou no Paulo vaso aberto pra tudo que é lado, mas eu falei, ele vai morrer, eu sabia que ele ia morrer.

Interlocutora não identificada - Ele ficou cinco minutos.

Virgínia - Um minuto?

INI - Não, cinco minutos, foi muito rápido!

Virgínia - Eu falei, ele vai morrer... Eu falei, Crízia, pelo amor de Deus, tem alguns doentes que estão mortos, então vai desligando as coisas, que não tem sentido!

INI - Ah, não, eu desliguei!

Virgínia - Oi?

INI - Eu desliguei pra ela, ela estava no telefone com a doutora dela, ela me pediu.

Virgínia - E o próximo que vamos desligar é o Ivo".

Em outra oportunidade, Virgínia e outros dois médicos conversam sobre o tratamento intensivo de pacientes cuja probabilidade de melhora é nula:

Virgínia - Eu falei, é, bom... como sobrou gente para trabalhar comigo, que saiu todo mundo do centro cirúrgico, eu consegui fazer. Ele ficou me olhando. Outra coisa, você não dá a porra de uma alta!

Cláudio - Mas também não tinha tanta gente assim!

Virgínia - Ah, vai, Cláudio, não força. Não adianta entulhar a UTI. Tem que girar.

Anderson - Ele é meio entulhador mesmo... Ele é meio entulhador.

Virgínia - Meio??

Anderson - Ó, eu fiquei com cinco doentes, daí no final do dia eu tinha sete, daí hoje nós temos já onze. Falta chegar um. São doze. Mas se você der uma vaga, pronto. Mas se entulhar tudo também não vai, né! A Eliza já é uma empata. Nossa senhora! Quero desentulhar essa UTI, que tá me dando coceira.

Virgínia - Huhuf Ai, ai..."

28 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Piso vale desde 2011

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a remuneração básica nacional dos professores deve ser paga pelos estados a partir de 27 de abril de 2011, data em que a Corte declarou constitucional norma que estabeleceu o piso. A fixação da data inicial do pagamento do salário básico ocorreu durante julgamento de recursos nos quais o Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul alegavam que não tinham recursos para pagar o piso retroativo até 2008, ano da promulgação da lei. Com isso, o STF livrou os estados do pagamento do piso salarial dos professores de 2008 a 2011. O piso atual é de R\$ 1.567.

Por 8 votos a 1, os ministros aceitaram os argumentos dos estados. Primeiro a votar a favor dos recursos, o ministro Teori Zavascki disse que o pagamento retroativo poderia comprometer a previsão orçamentária de alguns estados. O único ministro a rejeitar os recursos foi o relator e presidente do STF, Joaquim Barbosa. Ele recusou o argumento que os governos não tinham recursos para pagar o retroativo. Segundo o ministro, para outros gastos havia dinheiro.

Embargos

“Visivelmente, esses estados todos não querem cumprir a lei. Eles ingressam com embargos. Daqui a pouco virão outros embargos”, disse. “Mas eles não têm numerário”, afirmou o ministro Marco Aurélio. “Eles têm numerário para outras coisas. Seguramente têm”, respondeu Barbosa.

Barulho

Ação civil ajuizada pela Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente pede que o Bar O Torto, na Rua Paula Gomes, Alto São Francisco, seja impedido de realizar eventos culturais, como a Quadra Cultural, que acontece há cinco anos. Fiscalização da Ação Integrada de Fiscalização Urbana (Aifu) em setembro constatou uso de bebidas e drogas, causando perturbação do sossego alheio. Abaixo-assinado de moradores e trabalhadores da região pede a mudança do evento para outra região.

28 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Médica disse estar "tranquila para matar"

Defesa diz que gravações "estão fora de contexto"

As transcrições de gravações feitas pela polícia do Paraná na UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba, que resultaram na prisão da médica Virgínia Soares de Souza, no último dia 19, sob a acusação de homicídio qualificado, mostram um diálogo da médica com outro profissional da UTI sobre as condições clínicas de um paciente.

Às 15h29 do dia 24 de janeiro deste ano, Virgínia conversa com um médico de nome Rodolfo e depois de avaliar as condições clínicas fala: "Nós estamos com a cabeça bem tranquila pra

assassinar, pra tudo, né!", re-lata a transcrição da conversa que consta no inquérito.

A defesa de Virgínia, no entanto, desqualifica o teor das gravações e alega que elas "estão fora de contexto e algumas estão sendo mal

interpretadas". Uma das frases atribuídas a Virgínia tão logo ela foi detida, em que teria falado "quero desentulhar essa UTI que tá me dando coceira", seguida de uma risada, diz respeito ao comentário de um mé-

dico, de nome Anderson (o anestesista Anderson de Freitas foi preso no final de semana, mas não há confirmação de que tenha sido ele o autor da frase). O diálogo foi gravado também na tarde do dia 24.

A Polícia, porém, negou, por meio da assessoria, que as gravações tivessem sido realizadas por um agente infiltrado na UTI do hospital. "Havia essa possibilidade, mas optou-se por fazer apenas a interceptação telefônica dos ramais da UTI e nos celulares. Não houve agente policial", informou a assessoria.



A prisão de Virgínia Souza foi baseada nas gravações feitas pela polícia

Escuta telefônica

Rodolfo - Até o Anderson quer conversar com a Dra. aqui

Virgínia - "Esse foi caprichado, né?"

Rodolfo - "Esse foi...quadro clínico bonito, caprichou. Bem na hora que nós estamos tranquilos".

Virgínia - Puta merda Rodolfo!

Rodolfo: Bem na hora que nós estamos tranquilos.

Virgínia : risadas

Rodolfo - Ai, ai,

Virgínia - "Nós estamos com a cabeça bem tranquila para assassinar, para tudo, né?"

28 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Cai liminar de Fux que impedia votação do orçamento

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou ontem (27) pela derrubada da liminar que determinava a análise dos vetos presidenciais pela ordem de chegada ao Congresso Nacional, abrindo caminho para a análise do veto que trata da distribuição dos royalties de petróleo. A derrubada da liminar concedida no ano passado pelo ministro Luiz Fux também abre espaço para a votação do Orçamento deste ano pelo Parlamento.

Conjur

27/FEV/2013

Imprensa e Judiciário

A ministra Eliana Calmon, vice-presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, defendeu a ampliação dos mecanismos de transparência no Poder Judiciário e a construção de uma relação ainda mais "aberta e madura" entre a magistratura e a imprensa. A ex-corregedora nacional de Justiça tratou do assunto em palestra proferida no Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário, em Brasília. Segundo a ministra, ainda há dificuldade no relacionamento entre a mídia e a Justiça porque "o Poder Judiciário foi o último a se abrir para a modernidade, para a era digital, em que prevalecem os meios de comunicação".

TJ aprova emenda que permite desembargadores votem para eleger presidente do Tribunal

O Tribunal de Justiça do Paraná aprova a Proposta de Emenda à Constituição que permite que todos os 120 desembargadores votem para eleger o presidente do TJ. O projeto está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado. Atualmente, apenas os 25 integrantes do Órgão Especial têm direito a se candidatar e votar. Cinco cargos compõem a cúpula da corte: presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, corregedor geral de justiça e corregedor de justiça. O primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, afirma que a mudança torna a votação mais democrática.

Uma comissão foi formada na Assembleia Legislativa do Paraná para discutir a proposta, que é da Mesa Executiva da Casa. Na segunda-feira será dado um parecer. Caso o projeto seja aprovado neste ano, ele já começa a valer para as próximas eleições do Tribunal de Justiça, para o biênio 2015/2016. O desembargador explica que esta é uma reivindicação antiga dos magistrados.

Paulo Roberto Vasconcelos não quis comentar o projeto do TJ que está em tramitação na Assembleia e prevê o aumento das custas cartoriais em 18%. Ele afirmou apenas que é feito um acordo entre a direção do Tribunal e da Assembleia. A Casa instalou uma comissão formada por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná e a Associação Comercial do Estado para discutir o assunto. O TJ foi convidado para compor o grupo, mas até agora não se manifestou sobre o assunto.